

Quilombolas



**DIAGNÓSTICO
DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS
CERTIFICADAS
DO RIO GRANDE DO SUL**

SEMATER/RS 



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA, PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Quilombolas

**DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS CERTIFICADAS
DO RIO GRANDE DO SUL**

Denise Reif Kroeff
Larissa Bueno Ambrosini
Carolina Bremm
Regina da Silva Miranda
Bruna Bresolin Roldan
Mônica de Andrade Arnt
Luiz Fernando Fleck
Mariana Detoni
Fernando Kluwe Dias
Augusto César Dantas de Souza

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi)

Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR)

EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária (DDPA-Seapi)

Rua Gonçalves Dias, 570 – Bairro Menino Deus

Porto Alegre | RS – CEP: 90130-060

Telefone: (51) 3288.8000

www.agricultura.rs.gov.br/ddpa

Diretor DDPA: Caio Fábio Stoffel Efrom

Produção editorial: Assessoria de Comunicação da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (ASCOM-Seapi)

Capa: Rodrigo dMart (arte) e Fernando Dias (fotografia) - ASCOM-Seapi

Projeto gráfico e artes: Rodrigo Nolte Martins (dMart) - ASCOM-Seapi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária (DDPA)

D537 Diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul / Denise Reif Kroeff ... [et al.]. – Porto Alegre: SEAPI/DDPA, 2023.
128 p. : il.

ISBN: 978-65-84645-06-6

1. Comunidades tradicionais. 2. Políticas públicas quilombolas. 3. Negros. 4. Produção quilombola. I. Kroeff, Denise Reif.

CDU 316.334.55(=414)(816.5)

Elaborada pelo bibliotecário Flávio Nunes CRB 10/1298

Referência:

KROEFF, Denise Reif *et al.* Diagnóstico das comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SEAPI/DDPA, 2023. 128 p.

DEDICATÓRIA

Dedicamos às comunidades quilombolas por sua resiliência e resistência. Os quilombos são fontes de conhecimento ancestral, dotadas de um legado histórico, repleto de memória, fazeres e saberes. Desejamos que com a superação do racismo estrutural, possamos construir juntos um mundo humanamente solidário, ambientalmente sustentável, economicamente justo e culturalmente plural

AGRADECIMENTOS

Aos Extensionistas Rurais Sociais e Agropecuários da EMATER/RS-Ascar pelo trabalho diário e continuado que desenvolvem junto às comunidades quilombolas, por meio da observação ativa, escuta sensível e construção coletiva, o que proporciona o fortalecimento de vínculos e confiança com os membros das comunidades, fatores que foram estratégicos para o sucesso deste Diagnóstico.

Ao Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, à Federação Estadual das Associações de Comunidades Quilombolas do RS, ao Fórum Quilombola do Litoral Médio, ao Comitê Gestor Quilombola de Pelotas, Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Canguçu e demais organizações pela representação dos interesses quilombolas. A sua contribuição nas diretrizes da pesquisa foi de fundamental importância para que a publicação dê visibilidade à causa quilombola e sirva também como um instrumento para as organizações disputarem a garantia e a ampliação dos direitos quilombolas.

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”*

Emicida (AmarElo)

AUTORES E ARTE

Denise Reif Kroeff

Bacharel em Letras e em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia, Pesquisadora do Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E-mail: denise.kroeff@gmail.com

Larissa Bueno Ambrosini

Médica Veterinária, Doutora em Gestão, Pesquisadora do Centro Pesquisa em Produção Vegetal, Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E-mail: larissa-ambrosini@seapirsgovbr

Carolina Bremm

Zootecnista, Doutora em Zootecnia, Pesquisadora do Centro Pesquisa em Produção Vegetal, Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável, e Irrigação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E-mail: carolina-bremm@seapirsgovbr

Regina da Silva Miranda

Nutricionista, Sanitarista e Extensionista Rural, Assistente Técnica Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural em Comunidades Tradicionais Quilombolas, na Gerência Técnica da Emater/RS-Ascar, Porto Alegre, RS. E-mail: regimira@emater.tche.br

Bruna Bresolin Roldan

Engenheira de Alimentos, Doutora em Agronegócios, Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar, lotada na Gerência Técnica, Porto Alegre, RS. E-mail: bbresolin@emater.tche.br

Mônica de Andrade Arnt

Cientista Social, Mestre em Antropologia Social (UFRGS), Extensionista Rural na Emater/RS-Ascar, Palmares do Sul, RS. E-mail: monicaarnt@gmail.com

Luiz Fernando Fleck

Engenheiro Agrônomo, Especialista em Extensão Rural, Assessor Técnico do Departamento de Desenvolvimento Agrário, Pesqueiro, Aquícola, Indígenas e Quilombolas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, RS. E-mail: poafleck@gmail.com

Mariana Detoni

Engenheira Agrônoma, Especialista em Gestão Ambiental, Analista Ambiental de Políticas Públicas do Departamento de Desenvolvimento Agrário, Pesqueiro, Aquícola, Indígenas e Quilombolas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, RS. E-mail: mariana-detoni@sdr.rs.gov.br

Fernando Kluwe Dias

Jornalista, repórter fotográfico da Assessoria de Comunicação da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E-mail: fernandokdias@gmail.com

Augusto César Dantas de Souza

Realizador audiovisual, Diretor do Núcleo de TV e Rádios Universitárias da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. E-mail: dantasacs@gmail.com

Rodrigo Nolte Martins (dMart)

Jornalista, escritor, ilustrador e produtor cultural. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Artista visual e jornalista da Assessoria de Comunicação da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E-mail: rodrigonoltemartins@gmail.com



Quilombo Emília de Moraes, Cerrito.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho visou proporcionar uma base de conhecimentos acerca das comunidades com o intuito de aprimorar as políticas públicas destinadas aos quilombolas, atribuição esta das instituições proponentes e executoras.

As informações oficiais sistematizadas e consolidadas sobre as comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul são escassas, por isso o banco de dados criado é por si só um grande avanço no conhecimento destas comunidades e pode vir a subsidiar as diversas esferas de governo que operam as políticas públicas, bem como a academia e os movimentos sociais. Essas informações podem servir igualmente aos próprios quilombolas na medida em que possibilitam uma perspectiva geral de âmbito estadual e, ainda, avaliar a situação dos seus direitos.

O presente diagnóstico sobre as comunidades quilombolas certificadas é inédito e foi executado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação - SEAPI/RS, por meio do Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária - DDPA, Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR/RS, através do Departamento de Desenvolvimento Agrário, Pesqueiro, Aquicultura, Indígenas e Quilombolas - DDAPA-SDR, e EMATER/RS-Ascar do Rio Grande do Sul. Elaborado com a escolha de um conjunto amplo de variáveis que foram organizadas em temáticas que mostram as características dos quilombos, as condições de vida das famílias, sua produção e bens culturais, informados pelos próprios quilombolas. Trata-se de um estudo quantitativo e de caráter censitário das 130 comunidades certificadas que traça um painel geral destas populações que não são nem homogêneas e nem iguais entre si, mas em muitos aspectos têm características comuns.

O trabalho de campo foi realizado entre março e maio de 2022, e a apresentação dos resultados preliminares em reuniões regionais para todas as comunidades pesquisadas ocorreu entre novembro e dezembro do mesmo ano.

SUMÁRIO

DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
CERTIFICADAS DO RIO GRANDE DO SUL | INVERNO DE 2023



Milton Quevedo (Bombril) e a filha Fabiane Quevedo, Quilombo de Torrão, em São Lourenço do Sul.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

12

INTRODUÇÃO

18

METODOLOGIA

24

PERFIL DOS
RESPONDENTES



28

PRINCIPAIS
RESULTADOS
DA PESQUISA



92

CONSIDERAÇÕES
FINAIS E
RECOMENDAÇÕES

97

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

99

ANEXOS



100

ANEXO A: ALGUNS
RESULTADOS DO
QUESTIONÁRIO
QUALITATIVO

103

ANEXO B: LISTA
DE COMUNIDADES
QUILOMBOLAS

109

ANEXO C:
ACERVO DA
PESQUISA

SUMÁRIO

Introdução	12
Metodologia	18
Perfil dos respondentes	24
Principais resultados da pesquisa	28
Características gerais das comunidades remanescentes de quilombos certificadas	31
Localização e número de famílias	31
Distância da sede e acesso à comunidade	34
Transporte Coletivo	36
Idade das comunidades e origem do território	36
Religião	40
Organização social	43
Condições de vida	46
Moradia	46
Água	48
Escoamento sanitário	49
Lixo	49
Energia elétrica e iluminação pública	50
Sinal de internet e celular	51
Espaços de sociabilidade e lazer nas comunidades	52
Saúde	53
Educação	55
Renda, Produção e Comercialização nos Quilombos	58
Renda	58
Produção e comercialização das comunidades quilombolas	60
Produção vegetal	60
Produção animal	62
Processados	64
Artesanato	68
Organização produtiva ou de comercialização	72
Bens Culturais Quilombolas no RS	74
Saberes	75
Sementes Crioulas	77
Alimentos Tradicionais	78
Narrativas e “Causos”	84
Personalidades	85
Lugares	86
Celebrações	91
Formas de Expressão	91
Considerações finais e recomendações	92
Referências bibliográficas	97
Anexos	99
A - Alguns resultados do questionário qualitativo	100
Demandas e potencialidades	100
Demandas de infraestrutura básica	100
Produção agropecuária	101
Potencialidades percebidas e demandas de formação	101
Demandas de cursos de formação	102
B - Lista de comunidades quilombolas certificadas do Rio Grande do Sul	103
C - Acervo da Pesquisa	109



INTRODUÇÃO

Os povos e comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, indígenas e quilombolas, são sujeitos de direitos, e as políticas públicas voltadas a estes segmentos têm o dever de respeitar as suas particularidades, como nos lembra o “imperativo intercultural” de Santos e Nunes (2003, p. 56), “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

O Atlas Socioeconômico do estado (COMUNIDADES..., 2020), cita 146 comunidades remanescentes de quilombos no estado do Rio Grande do Sul, cujas fontes são o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares (FCP), CPI/Observatório quilombola e SEMA-ZEE.

O Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no seu segundo artigo, define

remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O referido Decreto, no seu artigo terceiro, atribui ao INCRA a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por este povo e, à Fundação Cultural Palmares a expedição de certidão de autodefinição que deve ser inscrita em um Cadastro Geral.

No INCRA havia, até setembro de 2021, 108 processos abertos para a titulação de terras no Rio Grande do Sul em diversas situações de andamento, o que mostra que as comunidades certificadas têm os mais variados tipos de posse da terra, porém apenas quatro são tituladas no estado.

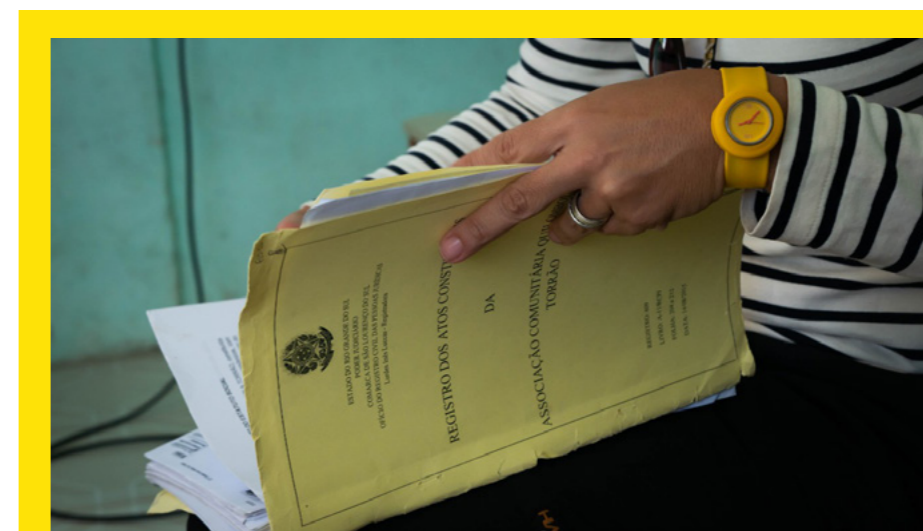
Segundo a Fundação Cultural Palmares (2021), foram certificadas até 15 de junho de 2021, no Brasil, 2.817 comunidades remanescentes de quilombos, sendo 151 na região Centro-oeste, 1.729 no

Nordeste, 300 no Norte, 449 no Sudoeste e 188 no Sul, a maioria das comunidades estão localizadas na área rural.

No estado do Rio Grande do Sul a primeira certidão foi publicada em 2004, referente à comunidade de Casca, no município de Mostardas. Ao todo, até junho de 2021, foram certificadas 134 comunidades remanescentes de quilombo em 68 municípios.

Segundo a Portaria da Fundação Cultural Palmares, FCP n° 98, de 26 de novembro de 2007, são

pré-requisitos para a obtenção da certidão: ata da reunião específica para tratar do tema de autodeclaração assinada, relato histórico da comunidade e um requerimento de certificação endereçado à Presidência da Fundação Cultural Palmares. As informações sobre novas certificações de comunidades são atualizadas frequentemente no site da Fundação, já que têm um fluxo contínuo (embora nos últimos anos, bastante lento).



Processo de Registro dos Atos Constituintes da Associação Quilombola, Quilombo Torrão, São Lourenço do Sul. Crédito: Augusto César Dantas de Souza da UFPE/NTVRU.



Quilombo Emília de Moraes, Cerrito.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

A situação atual das comunidades certificadas no estado do Rio Grande do Sul, entretanto, é pouco conhecida, embora já se tenham feito alguns diagnósticos sobre comunidades quilombolas há alguns anos atrás.

Em 2005, no âmbito do Programa RS Rural, foi elaborado um primeiro levantamento de 58 comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul (RUBERT, 2005), posteriormente, a maioria delas viriam a ser certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares. Este estudo apresentou várias informações sobre as condições em que viviam estes agrupamentos, basicamente, tratavam-se de pequenos agricultores pobres: 33% informou que a comunidade estava

naquele local entre 90 e 120 anos; a maioria tinha recebido a terra por herança ou doação particular; as áreas por família eram bastante pequenas, sendo que 80% tinham até 10 ha; em 63% o chefe da família tinha como principais ocupações ser agricultor ou aposentado, as instalações sanitárias foram avaliadas por 71% como ruins.

Em 2011, o estudo “Segurança alimentar e acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul” (BAIRROS; NEUTZLING, 2011) foi realizado em 22 comunidades amostrais no estado, com entrevistas a 588 famílias. Este estudo mostrou que 48,2% encontravam-se na classe econômica C e 47,7% nas classes D e E, e, ainda, que

aproximadamente 72,1% das famílias estavam em insegurança alimentar. No que se refere às condições de moradia, 61,6% moravam em casas de tijolos, 96,9% possuíam energia elétrica, 44,8% utilizavam poço ou nascente como abastecimento de água, em 42,7% dos domicílios o lixo era queimado ou enterrado, e a fossa era o destino das fezes em 70,2% das residências.

Quanto ao acesso às políticas de combate à fome, 59% recebiam Bolsa Família, 62% recebiam cestas de alimentos pelo Programa de Distribuição de Alimentos e menos de 2% participavam do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, programas coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) à época e ainda hoje.

O objetivo da presente pesquisa é fazer um diagnóstico das comunidades de remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares do estado do Rio Grande do Sul, por meio de informações fornecidas pelas pessoas das próprias comunidades, proporcionando dados sistematizados e visando avaliar a evolução da situação das comunidades por meio da comparação com levantamentos anteriores, bem como subsidiar a formulação e execução de políticas públicas voltadas a este público¹.

¹ A comunidade e não a família foi definida como unidade de análise deste estudo porque o IBGE, pela primeira vez, identificou a população que se considera quilombola no censo demográfico, cuja pesquisa de campo nos domicílios foi iniciada em 2022. Dessa forma, optou-se pela busca de informações da comunidade, e não das famílias, pois estas já estavam sendo recenseadas.



Igreja São João, "Igreja da Queimada", Passo do Santana, 3º distrito de Cerrito.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

ME TO DO LO GIA

O diagnóstico foi realizado por meio de informações fornecidas pelos próprios quilombolas, “nada sobre nós, sem nós”, como foi ouvido várias vezes dos representantes quilombolas durante o preparo da pesquisa. Os instrumentos utilizados para a pesquisa foram dois questionários estruturados e um questionário aberto, que foram pré-testados.

O primeiro consistia em informações sobre o respondente, respondido individualmente, visando a sua caracterização, mas não identificado para manter o anonimato do participante; o segundo abordou informações sobre a comunidade remanescente de quilombo, que atendia aos objetivos da pesquisa propriamente dita e foi respondido de forma coletiva por consenso em reunião específica; e o terceiro consistia no levantamento das demandas, dificuldades, desafios e potencialidades das comunidades, onde se buscou ouvir das comunidades a fala livre para buscar respostas de maior profundidade, ou seja, viabilizar aos sujeitos uma maior liberdade de resposta.

Para análise dessas respostas, do terceiro questionário, optou-se por reunir as que diziam respeito a dificuldades, demandas e desafios, uma vez que tais percepções estão relacionadas, tendo sido compiladas como um bloco único, que servirá para orientação na elaboração de políticas públicas.

Sobre o segundo questionário, cumpre destacar que muitas perguntas se referiam à disponibilidade de serviços, equipamentos, dentre outros para a comunidade, e não ao efetivo acesso das famílias aos serviços. Uma vez que algumas pessoas estavam respondendo sobre a comunidade, eventualmente poderiam não conhecer em detalhes a situação de acesso aos serviços e equipamentos de cada família do quilombo. Por exemplo, no caso de sinal de celular e internet, foi solicitada a informação se a comunidade tinha ou não a disponibilidade de sinal, mas não foram demandadas informações sobre o número de domicílios com acesso a estes serviços. Sabe-se que o acesso implica em dispêndio de recursos, que pode inviabilizá-lo, ou seja, a disponibilidade do sinal é condição necessária, mas não suficiente, para o acesso das famílias.

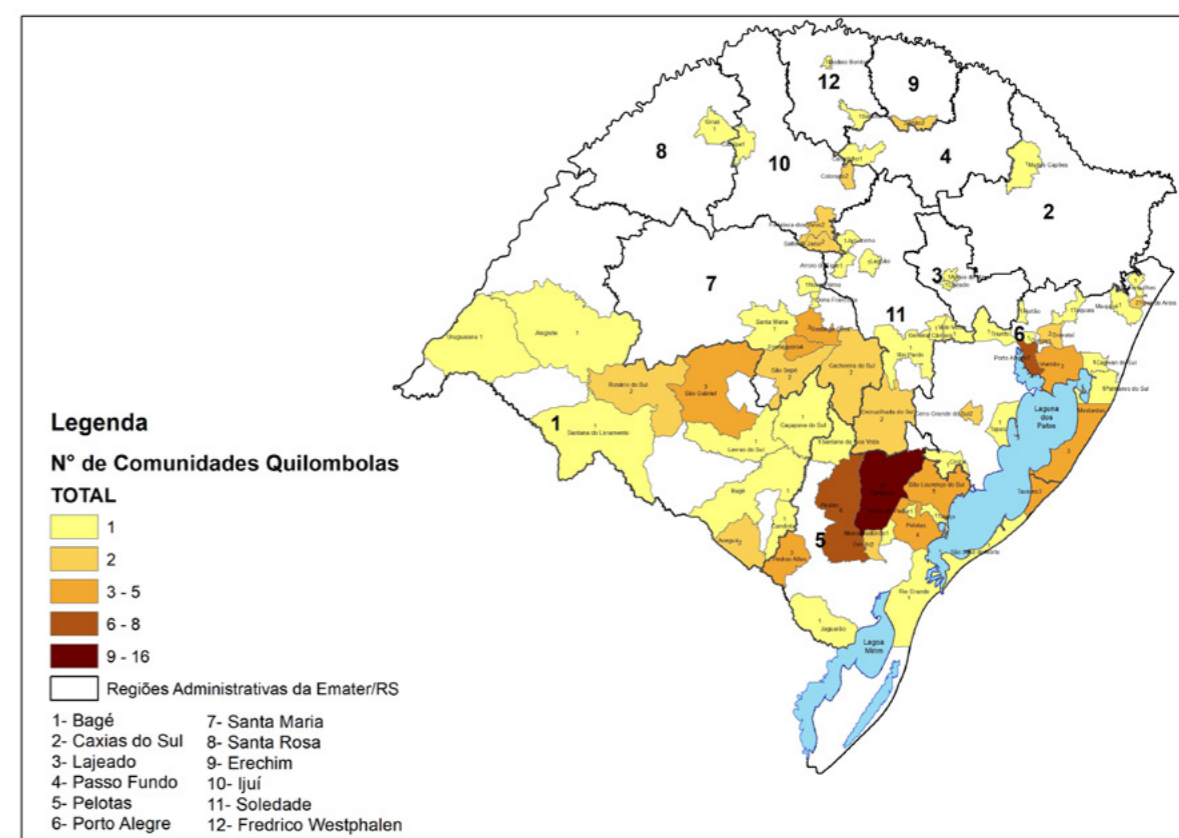
A pesquisa tinha por objetivo abranger todas as comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares do Rio Grande do Sul, o que perfazia um total de 134 comunidades (listagem no Anexo B) em 68 municípios do estado no início do trabalho².

² Recentemente, no final de 2022, a Fundação Cultural Palmares retirou da sua listagem de Comunidades Certificadas a Comunidade Recanto dos Evangélicos.

Entretanto, no caso da Comunidade Recanto dos Evangélicos, em Santa Maria, integrantes da comunidade se autoidentificam com a comunidade Ernesto Pena Carneiro. O mesmo ocorreu na cidade de Portão, onde todos os autoidentificados quilombolas se dizem pertencentes à comunidade Macaco Branco, sendo Bom Jardim uma localidade situada dentro da comunidade maior, Macaco Branco. Em São Sepé, a comunidade Fundos do Formigueiro e, em Butiá, a comunidade Butiá não foram localizadas, nem por

agentes públicos e nem por famílias autoidentificadas quilombolas. Sendo assim, considerando a inexistência destas 4 comunidades, o universo da pesquisa foi de 130 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, em 67 municípios do estado, como se pode ver abaixo.

Figura 1 - Mapa das Comunidades Quilombolas Certificadas do Rio Grande do Sul



Fonte: EMATER/RS-Ascar com dados da Fundação Cultural Palmares e da pesquisa, julho de 2023.

No que diz respeito à pactuação política para a realização da pesquisa, no período de elaboração, o projeto de pesquisa foi apresentado em teleconferência (devido à pandemia de Covid-19) e debatido com 1) a Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - CODENE, no mês de julho de 2021, e 2) em reunião ordinária do CODENE em outubro do mesmo ano. O projeto e os instrumentos de pesquisa também foram apresentados e debatidos com a Superintendência do INCRA no estado, já que este órgão federal tem interface com o público e tema. E, ainda, o projeto de pesquisa, passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/RS e foi aprovado pelo Parecer Consubstanciado 5.272.033, CAAE 55049422.7.0000.5336, de 3 de março de 2022.

Em cada comunidade remanescente de quilombo foram convidadas, pelo técnico municipal da EMATER/RS-Ascar (que melhor as conhece por ter um trabalho de extensão rural cotidiano), pessoas não pertencentes a uma mesma família e que fossem: a) fonte de informação confiável, e b) representativas das forças atuantes na comunidade; buscou-se ainda contemplar c) a diversidade de gênero e geração no grupo.

Quanto ao número de pessoas participantes das reuniões, foram estabelecidas faixas de valores para o número mínimo de respondentes, conforme o número estimado de famílias da comunidade, variando entre 3 e 10 pessoas. Inicialmente, o mínimo definido eram 3 pessoas em cada quilombo, em todos os 134 quilombos certificados,

o que totalizava 549 pessoas. Efetivamente, o número total de participantes nas reuniões foi de 775, superando o número de respondentes em 226. Entretanto, quatro quilombos foram considerados “inexistentes”. A constatação da inexistência dessas quatro comunidades foi possível através da busca ativa e dos preparativos que antecederam a reunião de aplicação dos instrumentos.

A coleta de dados³ aconteceu em reuniões nas comunidades quilombolas conduzidas por técnicos da EMATER/RS-Ascar. Os entrevistadores iniciaram a reunião apresentando a pesquisa, e em seguida, fazendo os esclarecimentos demandados e confirmando o interesse dos presentes em participar. Após isso 1) foi lido em voz alta, em conjunto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e o Termo de Uso de Imagem, já que imagens fotográficas das reuniões foram registradas, eventuais dúvidas foram elucidadas e os referidos documentos foram assinados. Em seguida, 2) foram feitas as perguntas sobre a comunidade, as quais foram respondidas em conjunto, obtendo-se uma só resposta de consenso entre todos os presentes. Por fim, 3) foi feita a leitura em voz alta do questionário de perguntas individuais, dando tempo para que as respostas fossem preenchidas individualmente. Encerrado o trabalho de campo, os técnicos da EMATER/RS-Ascar passaram as respostas para uma planilha eletrônica. A equipe de coordenação da pesquisa acompanhou 10% destas reuniões.

³ Antes de iniciarem a coleta dos dados, todos os técnicos da EMATER/RS-Ascar envolvidos com a pesquisa foram orientados em uma oficina em que se informou sobre a pesquisa, seus objetivos, metodologia, devolutiva dos resultados e cronograma previsto. Foram apresentados os critérios de escolha das pessoas a serem pesquisadas e sugerido um roteiro de procedimentos e orientações para no momento da coleta dos dados fosse criado um ambiente respeitoso e aberto ao diálogo.

As entrevistas foram realizadas entre março e maio de 2022. Cumpre ainda citar o contexto do estado neste período, pois dois eventos foram marcantes. Era o fim de dois anos de pandemia da COVID-19, que foi declarada em 11 de março de 2020, e cerca de um ano de vacinação, que se iniciou em 17 de janeiro de 2021 em São Paulo (ORGANIZAÇÃO..., 2022). Também deve-se destacar que a coleta de dados se deu em plena estiagem, que começou em outubro de 2020 e ao fim de mais de um ano, 83% das cidades do estado estavam em estado de emergência (DORNELLES, 2022).

Os resultados preliminares do Diagnóstico foram apresentados entre novembro e dezembro de 2022 a todas as comunidades pesquisadas em seis reuniões devolutivas regionais, onde as informações regionalizadas foram apresentadas e discutidas entre quilombolas, técnicos municipais da EMATER/RS-Ascar e pesquisadores, mediadas por acadêmicos.



Quilombo dos Teixeiras, Mostardas.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Paisagem, Quilombo Maçambique, Canguçu.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.




Maria Ligia Lopes da Silva, Eva Lopes Teixeira de Avila e Tatiana Serutina Lopes da Silva. Comunidade Brasa Moura, em Piratini. Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

PERFIL

DOS RESPONDENTES

Os respondentes deste Diagnóstico totalizaram 775 pessoas de 130 quilombos, em 67 municípios do estado, sendo no mínimo 3 em cada comunidade quilombola.

Quanto ao sexo dos respondentes, 66,54% (515) se identificou como feminino, 33,29% (258) como masculino, 0,13% (1) como outro e 0,13% (1) não respondeu; a divisão das faixas etárias é bem distribuída, tendo o maior percentual, 22,06%, na faixa de adultos entre 50 e 59 anos; mais de 92,90% das pessoas se identificaram como negra ou parda; 56% mora na comunidade há mais de 35 anos e apenas 3,48% há menos de 5 anos, como mostra a tabela na próxima página.



Quilombo Ibicuí D'Armada, Santana do Livramento.
Crédito: Foto de Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

Tabela 1. Perfil dos respondentes referente à faixa etária, raça e tempo de moradia na comunidade.

Idade	Nº de pessoas	%	Raça	Nº de pessoas	%	Mora na comunidade	Nº de pessoas	%
De 16 a 29 anos	104	13,42	Preta	630	81,29	Até 5 anos	27	3,48
30 a 39 anos	134	17,29	Parda	51	6,58	De 5,1 a 15 anos	72	9,29
40 a 49 anos	155	20,00	Branca	90	11,61	De 15,1 a 25 anos	110	14,19
50 a 59 anos	171	22,06	Amarela	3	0,39	De 25,1 a 35 anos	129	16,65
60 a 69 anos	127	16,39	Indígena	0	0,00	Mais de 35,1 anos	434	56,00
Mais de 70 anos	82	10,58	Não respondeu	1	0,13	Não respondeu	3	0,39
Não respondeu	2	0,26						
Total	775	100,00		775	100,00		775	100,00

Quanto aos níveis de escolaridade, a maioria dos respondentes, 70,32%, tem somente até o fundamental completo, sendo que, destes, 7,35% não sabem ler nem escrever, e 51,48%, a faixa com maior frequência, tem fundamental incompleto, como detalhado ao lado.

Tabela 2 – Escolaridade dos respondentes.

Escolaridade	Nº de pessoas	%
Não sabe ler, nem escrever	57	7,35
Fundamental incompleto	399	51,48
Fundamental completo	89	11,48
Médio incompleto	75	9,68
Médio completo	94	12,13
Superior incompleto	27	3,48
Superior completo	17	2,19
Pós-graduação	15	1,94
Não respondeu	2	0,26
Total	775	100,00



As quilombolas Maria José de Camargo Munhós, Rosa Maria Soares Munhós, Maria Erotildes Munhós Moreira e Felisbina Nunes Soares Munhós chegando para a reunião de coleta de dados, em acesso de chão batido, Corredor dos Munhos, em Lavras do Sul.
Crédito: Mariluce Oliveira Chagas de Souza da Emater/RS-Ascar para a Pesquisa.

Visando avaliar se, além de participante da comunidade, o entrevistado exercia algum tipo de liderança e/ou representatividade em organizações da sua comunidade, foram oferecidas algumas opções para que eles apontassem com qual mais se identificavam, 44,26% se classificaram apenas como membros da comunidade, os

demais se identificaram como representantes de algum tipo de movimento social, entre estes, a maioria, 27,74%, como parte da Diretoria da Associação.

Tabela 3 – Representação dos respondentes nas suas comunidades.

Representação	Nº de pessoas	%
Participante (membro) da comunidade	343	44,26
Diretoria da Associação	215	27,74
Participante do Movimento negro	47	6,06
Líder comunitário ou de base	37	4,77
Líder religioso	27	3,48
Ancião	13	1,68
Participante do Movimento de mulheres	8	1,03
Outros	50	6,45
Não respondeu	35	4,52
Total	775	100,00

O perfil dos respondentes mostra que houve diversidade entre participantes, o que atende aos critérios previamente estabelecidos; i) fontes confiáveis de pesquisa, por sua maioria morar na comunidade há mais de 35 anos, ii) todos os entrevistados se identificarem como pertencentes à comunidade e/ou com alguma representatividade social, sendo assim considerados competentes para fornecerem as informações demandadas pela pesquisa.

Quanto ao sexo, a maioria foi formada por mulheres, talvez porque a coleta de dados se deu em dias úteis e à tarde, quando os homens não tenham

podido comparecer por terem atividades fora da comunidade, ou pelas mulheres serem maioria na comunidade.

Ainda quanto ao sexo, chama a atenção que apenas uma pessoa tenha se identificado como “outro”, o que pode significar que pessoas não-binárias não foram convidadas a participar ou não se sentiram à vontade para assim se identificarem, mesmo que o questionário preservasse o anonimato. Foi considerado que isto não interferiu significativamente nos resultados da pesquisa.



PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

*Adriana Silveira e Seu Wilson Ferreira
Quilombo Coxilha Negra - São Lourenço do Sul.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.*

A maioria das políticas públicas, tanto federais como estaduais, para os quilombolas prioriza a sua atuação nas comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. E, ainda assim, há um desconhecimento geral sobre os dados básicos destas comunidades.

Questões básicas que parecem simples como por exemplo o número de famílias e pessoas de cada quilombo envolvem dois processos que andam juntos, um é o autoconhecimento da pessoa e outro é o reconhecimento do coletivo em relação à pessoa como sendo pertencente à comunidade e isto pode eventualmente mudar de acordo com o contexto que esta questão é levantada. Hall (2006 apud SILVA; SOUZAS, 2019) fala deste processo de construção da identidade das comunidades negras e do sentimento de pertencimento:

As discussões sobre o processo de construção identitária das comunidades negras e o sentimento de pertença à comunidade não diz respeito apenas a uma realidade física/biológica, mas também histórica, proveniente de relações estabelecidas no interior das comunidades, autodenominadas quilombolas. Nesse sentido, somente a caracterização identitária das comunidades quilombolas contemporâneas na esfera social e política não assegura uma inserção harmoniosa dessas comunidades na sociedade; sua afirmação se dá por meio de enfrentamentos políticos que prezam por mudanças de caráter comunitário, econômico e jurídico (HALL, 2006 apud SILVA; SOUZAS, 2019, p. 11).

Como dito anteriormente, este diagnóstico optou por buscar as informações com os membros das próprias comunidades, respeitando a sua identidade social, costumes e tradições e os princípios do autoconhecimento e pertencimento.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS CERTIFICADAS

Visando conhecer as características gerais das comunidades se avaliaram variáveis referentes à estimativa dos respondentes sobre o número de famílias e às religiões das pessoas da comunidade, bem como a origem, localização e tempo de permanência no território e, ainda, as organizações sociais que atuam nas suas comunidades.

LOCALIZAÇÃO E NÚMERO DE FAMÍLIAS

As comunidades quilombolas certificadas estão localizadas em 67 municípios do estado, sendo que 113 comunidades estão em áreas rurais e 17 em áreas urbanas.

A definição de quem pertence à comunidade e, portanto, do número de famílias e pessoas, está relacionada aos conceitos e metodologias empregados. Muitos argumentos são levantados a favor ou contra o pertencimento de uma pessoa à comunidade variando entre os diferentes interlocutores envolvidos (a própria comunidade, ou estado, o movimento social, dentre outros): fenótipo, estar domiciliada no território entendido como sendo o da comunidade; tempo de moradia; laços de parentesco, laços de amizade e casamento, etc. Assim, também na variável número de famílias e pessoas da comunidade a pesquisa buscou na própria comunidade, nos respondentes, esta informação. Os respondentes estimam que estas comunidades tenham 7.679 famílias, sendo 6.506 em áreas consideradas rurais, 1.173 em áreas urbanas, em número de indivíduos seriam cerca de 20.252 pessoas em áreas rurais e 4.354 pessoas em áreas urbanas.

Nem todas estas famílias moram de forma permanente na comunidade, mas têm relação de identificação com ela, parentesco, ancestralidade e, principalmente, autodefinição, por um lado, e reconhecimento, de outro. Silva e Gonçalves (2020, p. 147)

explicam que a saída temporária de alguns quilombolas de seu território em busca de renda, dada sua impossibilidade de sobrevivência neste, às vezes vista como abandono da comunidade, “configura-se como possibilidade de resistência, na qual, dialeticamente, o impelido ato de partir configura-se, também, de modo contraditório e combinado, como a possibilidade de permanecer no seu lugar de origem e defendê-lo e não ser expulso definitivamente”.

As regiões com maior número de comunidades são a Sudeste Rio-Grandense, 38,46%, e a Metropolitana de Porto Alegre, 25,38%. Em relação ao número de famílias a ordem se inverte, a Região Metropolitana tem 39,86% das famílias com 42,60% das pessoas, e a Sudeste Rio-Grandense, 27,82% das famílias, com 26,01% das pessoas.

A Região Metropolitana tem uma peculiaridade, das 3.061 famílias, um quilombo se destaca com um grande número, 1.368 famílias, que responde por quase metade das famílias de comunidades quilombolas na mesorregião. A moda, ou seja, o número mais frequente de famílias, das comunidades do Rio Grande do Sul é 24, e a média, 59 famílias. Se, apenas para fins de análise, se excluísse o dado destoante referente ao quilombo de mais de mil famílias, a média do estado baixaria para 49 famílias por comunidade.

Tabela 4 – Número de comunidades certificadas, famílias e pessoas por região.

Mesorregião IBGE	Nº comunidades quilombolas certificadas	%	Nº de famílias	%	Nº de pessoas*	%
Centro Ocidental Rio-Grandense	12	9,23	1.028	13,39	3.566	14,49
Centro Oriental Rio-Grandense	7	5,38	398	5,18	1.374	5,58
Metropolitana de Porto Alegre	33	25,38	3.061	39,86	10.481	42,60
Nordeste Rio-Grandense	1	0,77	80	1,04	128	0,52
Noroeste Rio-Grandense	15	11,54	668	8,70	1.816	7,38
Sudeste Rio-Grandense	50	38,46	2.136	27,82	6.401	26,01
Sudoeste Rio-Grandense	12	9,23	308	4,01	840	3,41
Total	130	100,00	7.679	100,00	24.606	100,00

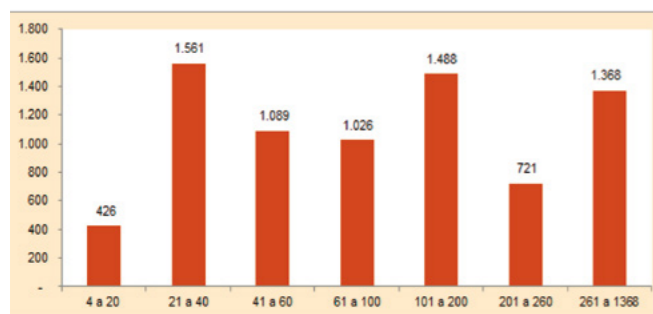
* Uma comunidade não informou o número de pessoas, mas informou o número de famílias.

Todas as demais comunidades do estado, com exceção de uma, têm número abaixo de 260 famílias. O menor quilombo tem somente quatro famílias; 61,54% dos quilombos tem de 4 a 40 famílias e somente 11,54% tem mais de 101 famílias, como se pode ver ao lado.

Tabela 5 – Número de comunidades por faixa de número de famílias.

Faixas de número de famílias nas comunidades	Número de comunidades	%
De 4 a 20	29	22,31
De 21 a 40	51	39,23
De 41 a 60	22	16,92
De 61 a 100	13	10,00
De 101 a 200	11	8,46
De 201 a 260	3	2,31
De 261 a 1.368	1	0,77
Total	130	100,00

Figura 2 - Número de famílias distribuídas nas faixas de quantidade de famílias por quilombo



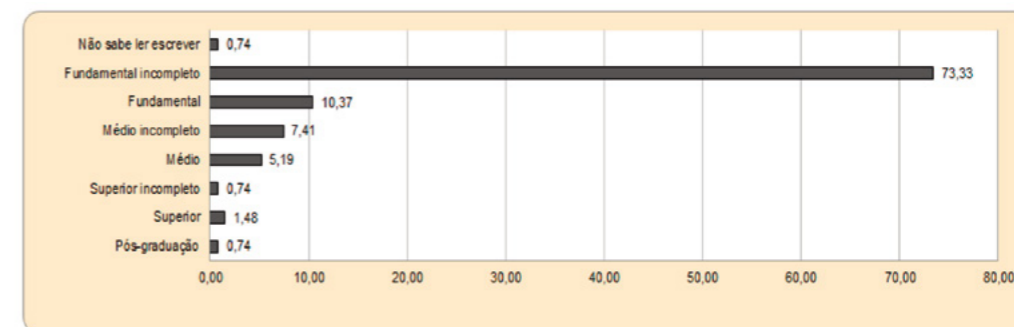
Não foi contabilizado o número de pessoas idosas, mas buscou-se uma estimativa de sua presença. Ao contrário do que se esperava, estas comunidades têm uma população relativamente jovem. Os resultados mostram que em 86,82% das comunidades há “menos da metade das pessoas da comunidade”, e “muito poucas ou nenhuma das pessoas da comunidade” na condição de idosos (mais de 60 anos), como se pode ver abaixo:

Tabela 6 – Estimativa de pessoas idosas nas comunidades

Idosos	Número de comunidades	%
Todas ou quase todas as pessoas da comunidade	6	4,65
Mais da metade das pessoas da comunidade	7	5,43
A metade das pessoas da comunidade	4	3,10
Menos da metade das pessoas da comunidade	63	48,84
Muito poucas ou nenhuma das pessoas da comunidade	49	37,98
Total	129	100,00
Não respondeu	1	

Visando conhecer o grau de instrução dos adultos (acima de 24 anos) das comunidades, foi solicitado aos respondentes que indicassem a escolaridade de maior frequência dentre as opções que constam abaixo, ranqueando-as em ordem de importância. A maioria, 99 comunidades, indicou ensino fundamental incompleto, como situação mais frequente como verificamos no gráfico a seguir, que reúne as respostas dadas como primeira opção para a questão. Em seguida, aparece ensino fundamental completo, 14 comunidades, e ensino médio incompleto, 7 comunidades.

Figura 3 – Escolaridade da maioria dos adultos nas comunidades quilombolas.



Em cima à direita, Sede da comunidade, Quilombo Torrão, São Lourenço do Sul. Crédito: Foto-Drone de Augusto César Dantas de Souza da UFPE/NTVRU.



Sede da Associação com arrudas plantadas na entrada, Quilombo Torrão, São Lourenço. Crédito: Denise Reif Kroeff da DDPa-SEAPI.



À esquerda na frente sede da Associação Quilombola, à direita casa adquirida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, Quilombo Torrão, São Lourenço do Sul. Crédito: Foto-Drone de Augusto César Dantas de Souza da UFPE/NTVRU.



Deslocamento para o quilombo Família Três Forquilhas, estrada de chão batido, cerca de 20 minutos da BR-101, Três Forquilhas.
Crédito: Denise Reif Kroeff da DDPA-SEAPI.

DISTÂNCIA DA SEDE E ACESSO À COMUNIDADE

Quanto à distância da sede do município, a maioria das comunidades, considerando as rurais e urbanas, 36,92%, fica localizada a mais de 30 km, e quase a metade acima de 20 km, apenas 3,07% fica na sede do município. Nenhuma comunidade urbana fica a mais de 20 km da sede e 64,71% das comunidades urbanas ficam, ou na sede do município, ou a menos de 4 km da sede. Já as comunidades rurais, ao contrário, estão em sua maioria, 42,28%, a mais de 30 km da sede do município, e mais da metade, acima dos 20 km.

Tabela 7 – Distância da comunidade à sede do município, por situação da área de localização.

Distância da comunidade da sede do Município	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%
Comunidade fica no centro do município	2	11,77	2	1,77	4	3,07
Menos de 4 km	9	52,94	7	6,19	16	12,31
De 5 a 9 km	2	11,76	15	13,28	17	13,08
De 10 a 19 Km	4	23,53	25	22,12	29	22,31
De 20 a 29	0	0	16	14,16	16	12,31
Mais de 30 km	0	0	48	42,48	48	36,92
Total	17	100,00	113	100,00	130	100,00

O tipo de acesso à entrada principal da comunidade pode ser considerado precário na maioria dos casos, sendo de chão batido em 66,15% das comunidades quilombolas do estado. Pouco mais de um quarto delas, 26,92%, tem acesso de asfalto, e 6,15%, de paralelepípedo. Dentre as 17 comunidades urbanas, somente uma tem acesso de chão batido, nas demais, 10 são de asfalto e 6 são de paralelepípedo.

Ao contrário, nas comunidades rurais o acesso se dá principalmente por chão batido, 75,22%, e apenas em 22,12% por asfalto. As comunidades rurais das regiões Sudoeste Rio-grandense e Nordeste Rio-grandense têm os piores indicadores em relação ao acesso por asfalto, apenas uma comunidade em cada mesorregião tem este tipo de acesso; a melhor situação se verifica na mesorregião Sudeste Rio-grandense, 7 comunidades, seguida da Metropolitana de Porto Alegre com 6 comunidades com acesso via asfalto.

Tabela 8 – Tipo de Acesso à entrada principal da comunidade, por situação da área de localização.

Tipo de acesso à entrada principal da comunidade	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%
De chão batido	1	5,88	85	75,22	86	66,15
Asfalto	10	58,82	25	22,12	35	26,92
Paralelepípedo	6	35,29	2	1,77	8	6,15
Outro	0	0	1	0,88	1	0,77
Total	17	100,00	113	100,00	130	100,00

Assim, considerando a distância da sede e o tipo de acesso, pode-se afirmar que as comunidades quilombolas se caracterizam por um certo isolamento geográfico, além da dificuldade de acesso trazida pela falta de asfalto. Nas comunidades rurais, estes aspectos têm como consequência dificuldades logísticas para escoamento e distribuição da produção. Porém, apesar do isolamento geográfico, muitas destas comunidades mantêm entre si relações de parentescos, compadrios e compartilhamento de práticas culturais, bem como relações de pertencimento étnico com outras comunidades no território (MOLET, 2018)

TRANSPORTE COLETIVO

No que se refere à mobilidade, em 58,46% das comunidades há linha de transporte coletivo que passa na comunidade - ressalte-se aqui que não foi avaliada a qualidade desse transporte, nem em termos de número de linhas, nem de frequência de viagens. Os números são diferentes quanto à localização das áreas, nas comunidades urbanas, 13 comunidades das 17 comunidades, 76,47%, têm transporte coletivo e, nas rurais, apenas um pouco mais da metade, 55,75%, tem disponível este serviço (sendo que uma comunidade rural não respondeu à questão).

Das 53 comunidades que não têm transporte coletivo, 39 têm acesso de chão batido e, destas,

16 estão localizadas a mais de 30 km da sede, o que caracteriza comunidades bastante isoladas e de difícil acesso. As comunidades que se encontram nessa situação estão localizadas em zonas rurais e metade delas está na região Sudeste Rio-Grandense: Angico (Alegrete), Palmas (Bagé), Estância da Figueira (Canguçu), Medeiros e Quadra (Encruzilhada do Sul), Madeira (Jaguarão), Várzea dos Baianos (Pedras Altas), Algodão (Pelotas), Rincão do Quilombo (Piratini), Rincão da Chirca (Rosário do Sul), Von Bock (São Gabriel), Monjolo (São Lourenço do Sul), Ipê e Passo dos Brum (São Sepé), Rincão dos Fernandes (Uruguaiana) e Anastácia (Viamão).

IDADE DAS COMUNIDADES E ORIGEM DO TERRITÓRIO

As comunidades estão estabelecidas nos territórios há muito tempo, 16,92% estão até 50 anos, 18,46% de 51 a 100 anos, 26,15% de 101 a 150 anos, 17,69% de 151 a 200 anos e 20,77% há mais de 201 anos. Sendo assim, 61,54% das comunidades estão há mais de 101 anos nos territórios que ainda hoje habitam, sendo que as comunidades rurais são as que estão há

mais tempo, 72,57% delas estão há mais de 101 anos, como se pode ver no gráfico a seguir.

Este dado é próximo ao que Rubert (2005) encontrou ao entrevistar as famílias de algumas comunidades, ela informa em seu trabalho que 70,70% estava há mais de 90 anos nos territórios.

Figura 4 - Idade das comunidades, por situação da área de localização.



A constituição das áreas quilombolas foi investigada por meio de uma pergunta em que cabia mais de uma resposta, devido à variedade de situações encontradas na mesma comunidade. Nas 127 comunidades em que a questão foi respondida, os quilombos se formaram por meio de herança em 58,46% dos casos, compra, 43,85%, posse, 33,85%, doação particular (conhecida como “deixa”), 30%, refúgio (de escravos) 11,54%, usucapião, 7,69%, doação pública 4,62% e assentado 2,31%.

Cabe, na análise deste quesito, destacar que esta é uma pergunta que envolve a memória de acontecimentos passados e, com o decorrer do tempo, esta informação pode ter se perdido. Nossos resultados, porém, não diferem de forma substancial daqueles encontrados pela antropóloga Rosane Rubert (2005), os quais apontavam que as áreas foram constituídas na sua maioria por herança, 60,3%, doação particular, 39,7%, compra, 37,9% e posse, 25,9%, apenas doação particular foge da ordem encontrada em nossos resultados.

Ainda, Rubert (2009, p. 169) explica a gênese dos territórios quilombolas por um “conjunto complexo de estratégias territorialização: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo(a) senhor(a)/estancieiro(a); compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens, especialmente gado; simples apossamento de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções. Tais estratégias de territorialização não são mutuamente excludentes e ocorreram sob a égide de intrincadas relações entre dependência e antagonismo por parte das famílias negras para com os setores com os quais interagem e ainda interagem”.

Perguntamos por fim aos pesquisados se a área onde se localiza a comunidade era ou não contínua, entendida como não contínua a área quilombola entrecortada por áreas ocupadas por não quilombolas⁴. Os resultados deste diagnóstico apontam que 51,54% das comunidades quilombolas certificadas do estado não são constituídas de áreas contínuas (apenas uma comunidade não respondeu a essa questão).

⁴ A antropóloga Daisy Barcellos (2005, p. 81), em seu estudo sobre a Comunidade de Morro Alto, ajuda a entender o conceito de área não contínua com a definição “uma comunidade que não encontra em suas terras a continuidade que consegue manter em termos sociais e culturais”.



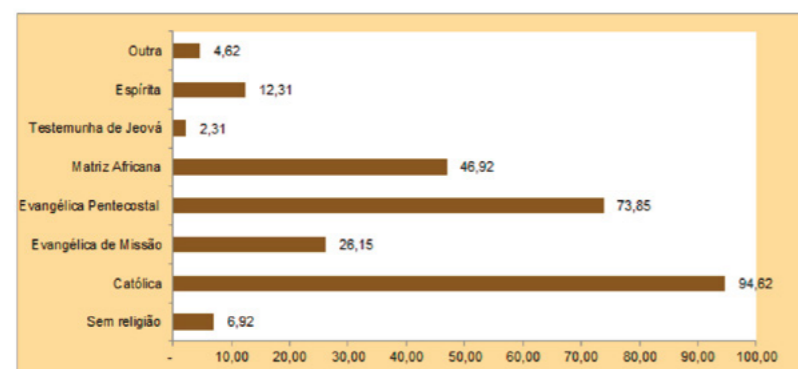
Santa Rosaria Ulguim de Silva, Quilombo Nicanor da Luz, Piratini.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

RELIGIÃO

Considerando que a religião tem papel importante especialmente em comunidades tradicionais, solicitamos aos respondentes que informassem com quais religiões as pessoas da comunidade mais se identificavam - mais de uma religião podia ser indicada, sem ordem de importância.

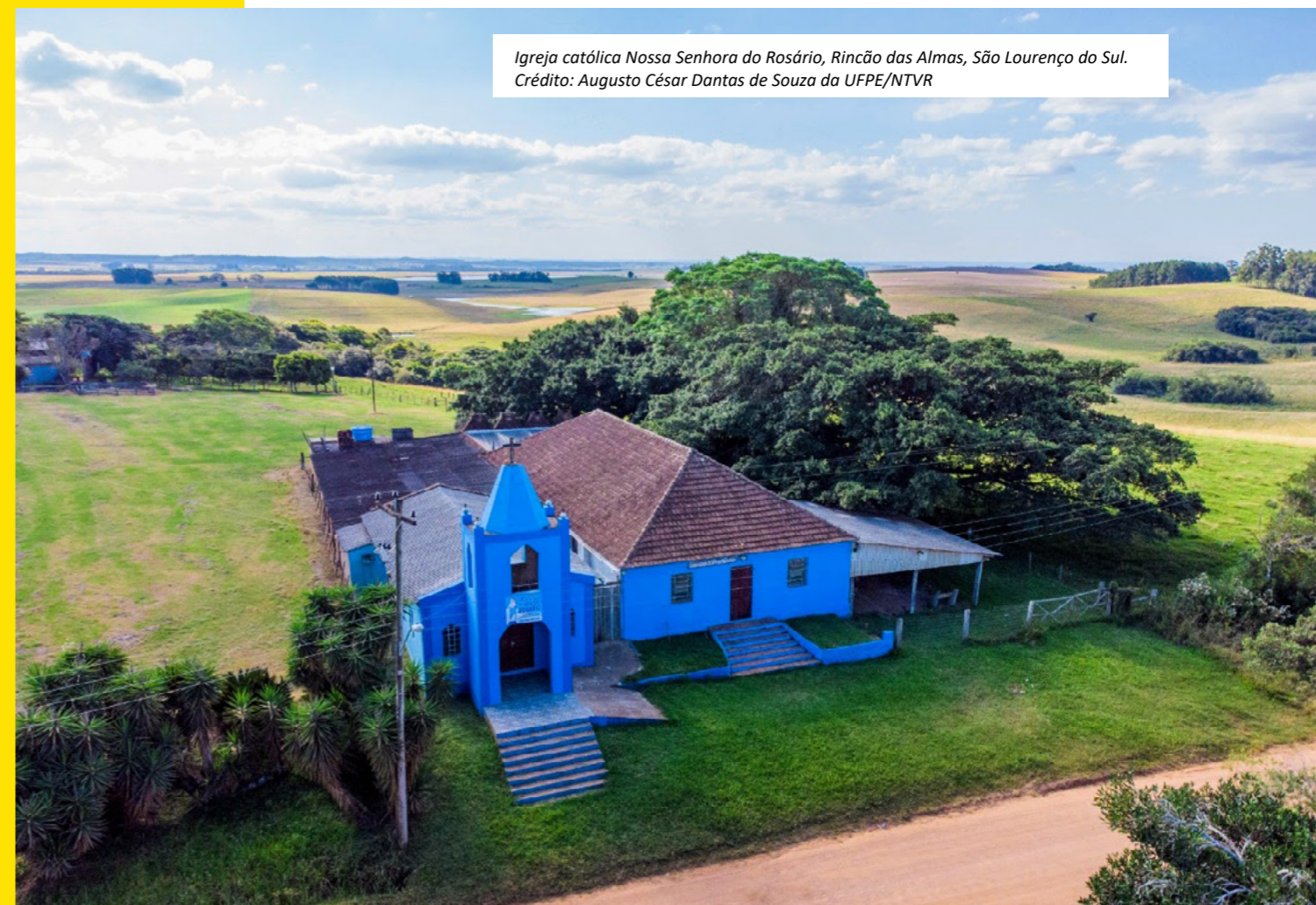
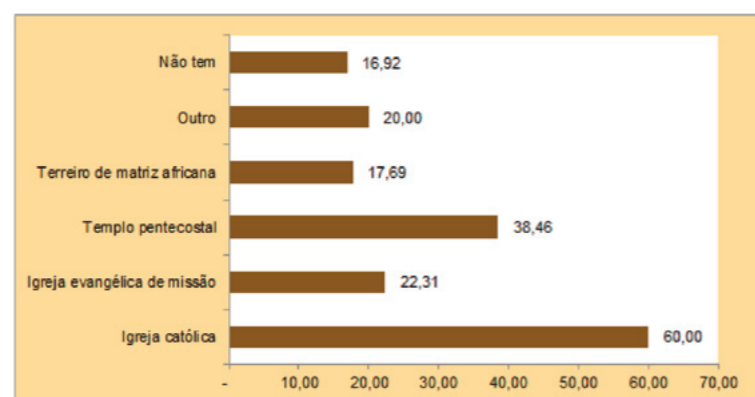
A religião mais citada foi a católica, em 94,62% das comunidades, depois, com 73,85%, a Evangélica pentecostal (Assembleia de Deus, Universal, Quadrangular, Deus é Amor, e outras), 46,92%, as religiões de Matriz africana, 26,15%, a Evangélica de Missão (Luterana, Adventista, Batista, Metodista e outras), 12,31%, a Espírita, como se pode ver no gráfico abaixo.

Figura 5 - Religiões



A informação sobre a presença de locais de culto nas comunidades confirma os resultados anteriores, em 60% das comunidades há igrejas católicas, 38,46%, templos pentecostais, 22,31%, igrejas evangélicas de missão, 20%, outras, 17,69%, terreiros de matriz africana e 16,92% não tem nenhum local de culto, sendo que três comunidades não responderam a esta questão.

Figura 6 - Locais de Culto



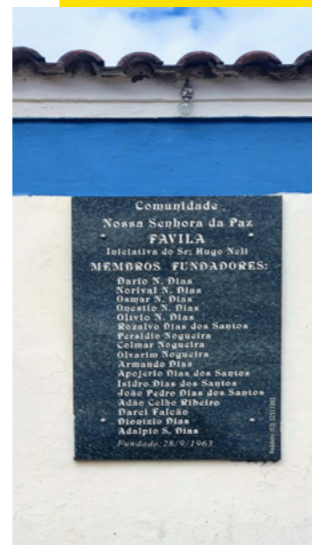
Igreja católica Nossa Senhora do Rosário, Rincão das Almas, São Lourenço do Sul.
Crédito: Augusto César Dantas de Souza da UFPE/NTVR



Igreja luterana entre os quilombos de Emília de Moraes e Lichiguana, Cerrito.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Lateral da Igreja construída pelos e para os negros da Comunidade Nossa Senhora da Paz em 1863. À direita: placa com o nome dos membros fundadores. Quilombo Favila, Canguçu. Crédito: Denise Reif Kroeff da DDPA-SEAPI.



ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A organização social e política das comunidades foi avaliada por meio de questões que buscaram verificar: 1) a participação formal das comunidades em esferas da administração pública, através de suas representações enquanto quilombolas em Conselhos Municipais, Estaduais ou Federais, e a 2) existência de grupos organizados, formais ou informais, na comunidade.

Quanto à participação em Conselhos, a maior parte, 60%, das comunidades tem representação, especialmente nas áreas de Saúde (48,72%), Igualdade Racial (33,33%), Agricultura (29,49%) e Assistência Social (26,92%). Algumas comunidades têm representação em mais de um Conselho, entretanto, 40% das comunidades não têm nenhuma representação formal nesse tipo de instrumento de participação. Na tabela a seguir, os dados referentes às 78 comunidades que têm participação em conselhos públicos.

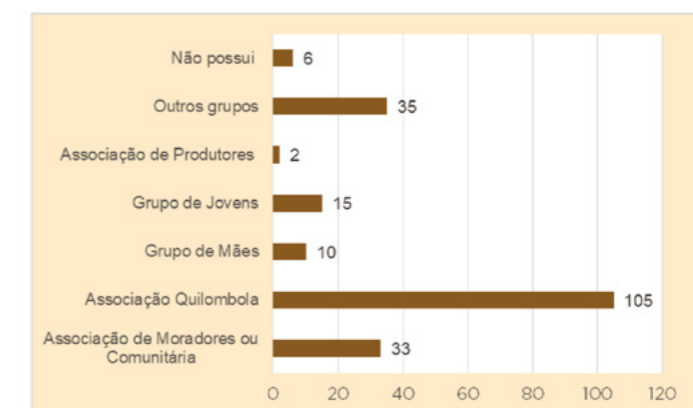
Tabela 9 – Representação formal das comunidades em Conselhos.

Conselho	Número de comunidades	%*
Saúde	38	48,72
Educação	6	7,69
Alimentação escolar	8	10,26
Agricultura/Desenvolvimento rural	23	29,49
Segurança Alimentar	6	7,69
Meio Ambiente	2	2,56
Assistência Social	21	26,92
Direitos da Criança ou Adolescente	5	6,41
Direitos da Mulher	4	5,13
Igualdade Racial	26	33,33
Conselhos	22	28,21
Tem participação em conselhos	78	

* Percentual sobre as comunidades que registram a participação em Conselhos

No que se refere à existência de grupos organizados na comunidade, sejam eles formais ou informais, 95,38% das comunidades possuem algum grupo organizado, nota-se que em todas as comunidades urbanas se verifica a presença desses grupos. O principal é a associação quilombola, 86,78% das comunidades possuem uma associação, seguido de outros grupos com 28,93%, da associação de moradores, com 27,27%, e de jovens, com 12,40%. Apenas seis comunidades não contam com nenhum dos grupos mencionados, como se pode ver no gráfico abaixo. Rubert (2005) encontrou os primeiros movimentos em direção à constituição das associações quilombolas nos “grupos por afinidade”, existentes em 25% das comunidades estudadas pela autora.

Figura 7 - Grupos organizados, formais ou informais, existentes nas comunidades (%).





*Quilombo em São Lourenço do Sul
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi para a pesquisa*

CONDIÇÕES DE VIDA

Para se conhecer as condições de vida das comunidades quilombolas buscou-se informações sobre as comunidades relacionadas à infraestrutura, saúde, educação e espaços de sociabilidade, bem como às moradias das famílias.

MORADIA

As condições das moradias dos quilombolas foram avaliadas com através da identificação dos tipos de materiais utilizados para a construção das paredes externas da maioria das moradias da comunidade. A questão permitia mais de uma resposta e demandava ordenação das situações mais frequentes.

O material utilizado com maior frequência, ou seja, apontado com o número um nas comunidades, foi alvenaria, seguido de madeira e mista. A soma de todas as respostas, dos materiais marcados de um ao cinco seguiu a mesma tendência, como se pode ver na tabela a seguir:

Tabela 10 – Tipo de material das paredes externas das moradias do quilombo.

Material	Principal mais frequente (nº 1)	%	Soma das respostas (nº 1 a 5)	%
Adobe	3	2,31	7	2,26
Alvenaria	90	69,23	116	37,42
Mista	17	13,08	86	27,74
Palha	0	0,00	8	2,58
Taipa	0	0,00	7	2,26
Madeira	20	15,38	86	27,74
Total	132	100,00	310	100,00
Não responderam			1	

A pesquisa de Bairros e Neutzling (2011), que trabalhou com uma amostra de 22 comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, encontrou dados semelhantes aos deste diagnóstico, principalmente no que se refere à ordem de frequência em que aparecem os materiais das casas, no caso do estudo de 2011, tijolo aparecia em 61,6% dos casos, madeira em 25,3% e mista em 10,7%.

Assim, embora o uso de materiais considerados mais “rústicos”, como adobe, taipa e palha para a construção de moradias seja reduzido nas comunidades, o que poderia levar a inferir que as casas são adequadas, vale ressaltar que a pesquisa não investigou a qualidade das construções e nem as condições de habitabilidade (número de pessoas por cômodo, presença de banheiros, etc.).



Ari Wilson Gonçalves de Lemas e Zilda Conceição da Silva em frente à sua casa de madeira, Beco dos Colodianos, Mostardas. Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Casa de taipa, Quilombo Monjolo, São Lourenço do Sul. Crédito: Denise Reif Kroeff da DDPA-SEAPI.

ÁGUA

O abastecimento de água das moradias nas comunidades quilombolas ocorre por meio de poço (31,90%), cacimba (24,76%) e nascente (14,76%); foram registrados ainda, outra (14,29%), carro-pipa (10,95%) e apenas 3,33% de cisternas. O trabalho de Bairros e Neutzling (2011) com entrevistas às famílias de 22 comunidades amostrais encontrou dados um pouco diferentes quanto ao abastecimento de água: 30,9%, rede pública; 41,8%, poço ou nascente; 22,5% cacimba e outros 4,8%. O valor que mais se assemelha é apenas o referente à cacimba.

A situação da área de localização das comunidades interfere no tipo de abastecimento, nas comunidades rurais o abastecimento de água se dá predominante por meio de poço (33,86%) e cacimba (27,51%); já nas urbanas o mais frequente é “Outra” com 71,43%. O abastecimento de água através de carros-pipa, cacimbas e cisternas só ocorre nas comunidades localizadas na zona rural.

Tabela 11 – Abastecimento de água, por situação da área de localização.

Abastecimento de água	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%
Poço	3	14,29	64	33,86	67	31,9
Nascente	3	14,29	28	14,81	31	14,76
Cisterna	0	0,00	7	3,70	7	3,33
Cacimba	0	0,00	52	27,51	52	24,76
Carro-Pipa	0	0,00	23	12,17	23	10,95
Outra	15	71,43	15	7,94	30	14,29
Total	21	100,00	189	100,00	210	100,00
Não respondeu					1	

No geral, um pouco menos da metade das comunidades, 48,84%, tem rede de distribuição de água. A situação das áreas urbanas é bem melhor, 94,12% das comunidades têm rede de distribuição, enquanto nas comunidades localizadas na zona rural o acesso é de menos da metade delas, 41,96%. O resultado pode explicar o percentual de 71% das comunidades urbanas terem respondido “outras” no abastecimento de água, se referindo provavelmente à rede de distribuição pública.

ESCOAMENTO SANITÁRIO

Quanto ao escoamento sanitário, cada comunidade apresenta mais de uma situação, as mais citadas são fossa séptica, 41,28%; seguido por fossa rudimentar, 30,73%; vala ou céu aberto, 22,02%; rede de esgoto ou pluvial 4,59% e rio 1,38%. Na pesquisa de Rubert (2005), as famílias informaram que o destino dos resíduos líquidos se dava por esgoto a céu aberto para 51,7%; latrina ou fossa seca, 48,3%; fossa séptica e sumidouro, 44,8%; rede de coleta de esgoto, 1,7%.

Considerando apenas as comunidades localizadas em zona rural, verifica-se que em nenhuma há rede de esgoto ou pluvial, ainda, o escoamento direto para um rio, 1,55%, só se verifica nessas comunidades. Os resultados completos estão na tabela a seguir:

Tabela 12 – Escoamento sanitário, por situação da área de localização.

Escoamento sanitário	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%
Rede de esgoto ou pluvial	10	40,00	0	0,00	10	4,59
Fossa séptica	10	40,00	80	41,45	90	41,28
Fossa Rudimentar	3	12,00	64	33,16	67	30,73
Direto para um rio	0	0,00	3	1,55	3	1,38
Vala, céu aberto	2	8,00	46	23,83	48	22,02
Total	25	100,00	193	100,00	218	100,00
Não respondeu					1	

LIXO

A situação das comunidades quilombolas quanto à coleta de lixo merece atenção do poder público, especialmente nas zonas rurais. Os resultados mostram que há coleta pública de lixo em 38,58% das comunidades, enquanto em 44,16% o lixo é queimado, em 12,18% é enterrado e em 5,08% o lixo fica a céu aberto. Considerando apenas os resultados das comunidades rurais, o destino do lixo mais citado é a queima, 48,04%, enquanto nas urbanas é a coleta pública, 88,89%. Na área urbana, somente uma comunidade não conta com coleta pública de lixo, sendo parte do o lixo queimada e parte enterrada.

Tabela 13 - Destino do lixo, por situação da área de localização.

Destino do Lixo	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%	Nº de comunidades	%
Coleta pública	16	88,89	60	33,52	76	38,58
Queimado	1	5,56	86	48,04	87	44,16
Enterrado	1	5,56	23	12,85	24	12,18
Céu aberto	0	0,00	10	5,59	10	5,08
Total	18	100	179	100	197	100
Não respondeu					2	



Paisagem Quilombo Favila, Canguçu
Crédito: Denise Reif Kroeff da DDPA-SEAPI para a pesquisa

ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Todas as comunidades que responderam à questão (129), tanto as urbanas como as rurais, têm disponibilidade de energia elétrica, resultado melhor se comparado à situação verificada em 2005 por Rubert (2005). Naquele momento, em 43,1% das comunidades todos tinham acesso à energia elétrica, em 46,6% o acesso era parcial, e em 10,3% ninguém tinha acesso. Deve-se salientar, no entanto, que a presente pesquisa tratou da disponibilidade do serviço, enquanto a anterior, do acesso ao serviço pelas famílias.

Ainda assim, pode-se depreender que nos 10,3% em que ninguém tinha acesso, provavelmente o serviço não era disponibilizado, enquanto,

atualmente, é provável que as redes de energia elétrica alcancem todas as comunidades. Ainda, quanto ao acesso ao serviço de energia elétrica, os inscritos no Cadastro Único são beneficiários de uma redução no preço da conta⁵, como muitos quilombolas acessam o Bolsa Família, o que trataremos em seguida, é provável que o acesso a este serviço tenha sido também facilitado.

Em contraste, a iluminação pública alcança menos da metade das comunidades quilombolas, 41,09%. Considerando as comunidades por área de localização, verifica-se que todas, com exceção de uma, comunidades urbanas dispõem de iluminação pública; enquanto nas comunidades quilombolas rurais, apenas um terço delas conta com o serviço, 33,04% (considerando as 129 respostas válidas).

⁵ Famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único que atendam aos requisitos têm desconto de 100% até o limite de consumo de 50 kWh/mês (quilowatts-hora por mês) e outros percentuais de descontos são também ofertados conforme a faixa de consumo (BRASIL, 2022).

SINAL DE INTERNET E CELULAR

Das 129 comunidades que responderam a estas questões, a grande maioria tem disponível sinal de internet (90,77%), assim como sinal de celular (83,08%). Entretanto, entre aquelas onde não há sinal de celular, também não há telefone público na comunidade, o que configura um “apagão” de comunicação. Todas as comunidades urbanas têm disponível sinal de internet e 94,12% de celular. Aqui, cumpre mais uma vez destacar que se trata de disponibilidade do sinal e não de acesso das comunidades ao serviço e, ainda, também não foram avaliadas neste estudo a qualidade e o grau de permanência do sinal.

Tabela 14 – Sinal de internet e celular, por situação da área de localização.

Sinal	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades (17)	%	Nº de comunidades (112)	%	Nº de comunidades (129)	%
Internet	17	100,00	101	89,38	118	90,77
Celular	16	94,12	92	81,42	108	83,08
Não respondeu			1			

O IBGE investiga na PNAD Contínua o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, em 2021, alguns dos dados foram tabulados apenas por macrorregião. Na macrorregião sul, a existência de telefone móvel celular no domicílio foi de 97,3% e os domicílios em que havia a utilização de internet foi de 91,5%. Nas áreas rurais estes valores são menores, 94,4% e 82,2% respectivamente. O principal equipamento para acessar a internet foi o telefone móvel celular em 98,8% dos domicílios (IBGE, 2022).

Tabela 15 – Percentual de domicílios com utilização da internet e existência de telefone móvel celular no domicílio – 2021.

Região/País	Domicílios com utilização da internet			Existência de telefone móvel celular no domicílio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Região Sul	93,00	82,20	91,50	97,80	94,40	97,30
Brasil	92,30	74,70	90,00	97,20	90,00	96,30

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Tendo em vista os dados do IBGE, haveria chance de que algumas comunidades quilombolas do RS tivessem acesso à internet no domicílio ou na sede da Associação, porém, há que se ponderar que o mesmo IBGE informa que em 7,3 milhões de domicílios do país não havia utilização da internet. Os motivos que mais se destacaram, representando, em conjunto, 85,2% dos casos, foram: falta de interesse em acessar a Internet (29,3%), serviço de acesso à Internet caro (28,8%), e nenhum morador sabia usar a Internet (27,1%).

Na área rural, além destes motivos, acrescenta-se a falta de disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio, que representou 16,2% dos domicílios em que não havia utilização da Internet em área rural, em contraste com somente 0,8% em área urbana (IBGE, 2021). Sendo assim, considerando-se o perfil das comunidades deste estudo, que envolve baixa renda e escolaridade, é provável que os moradores da comunidade não tenham acesso à internet nos seus domicílios. No entanto, não se pode desprezar o dado da pesquisa que mostra a disponibilidade de sinal em 90,77% das comunidades que responderam a essa questão.

*Paisagem e Placa Quilombo Torrão, São Lourenço do Sul.
Crédito: Denise Reif Kroeff da DDPA-SEAPI.*



ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E LAZER NAS COMUNIDADES

Quanto aos espaços de sociabilidade e lazer nas comunidades quilombolas, os resultados da pesquisa mostram que em 58,91% delas há salão social, e em apenas um quarto das comunidades, 24,81%, cancha esportiva. Não há quase diferenciação considerando as áreas de localização das comunidades, tendo as comunidades urbanas e rurais valores semelhantes, conforme tabela na próxima página:

Tabela 16 – Equipamentos coletivos de lazer, por situação da área de localização.

Equipamentos coletivos de lazer	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades (17)	%	Nº de comunidades (112)	%	Nº de comunidades (129)	%
Salão Social	10	58,82	66	58,93	76	58,91
Cancha esportiva	4	23,53	28	25,00	32	24,81
Não respondeu			1			

Como vimos anteriormente, em 83% das comunidades há locais de culto, como igrejas, templos, terreiros, dentre outros, que podem cumprir a função de um espaço de socialização.

SAÚDE

Para conhecer a disponibilidade de serviços de saúde para as comunidades foram demandadas informações sobre os serviços de saúde ofertados pelo poder público e também informações sobre medicina tradicional praticada nos quilombos. A qualidade do serviço não foi avaliada, mas apenas a sua disponibilização, segundo a percepção dos respondentes.

Das 129 comunidades que responderam a estas questões, em 66,67% foi informado que há o programa Estratégia de Saúde da Família, e em 39,53% dos quilombos existe um “Posto de Saúde” ou Unidade Básica de Saúde no território. Nestes quesitos as comunidades rurais têm indicadores melhores, comparados às comunidades urbanas, o que pode ser verificado na tabela a seguir. Foi informado também que em 79,07% dos municípios onde estão localizadas as comunidades quilombolas há hospital público.

Tabela 17 - Equipamentos e Serviços de Saúde Pública, por situação da área de localização.

Equipamentos e Serviços de Saúde	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades (17)	%	Nº de comunidades (112)	%	Nº de comunidades (129)	%
Estratégia Saúde da Família	9	52,94	77	68,75	86	66,67
UBS/Posto de Saúde	5	29,41	46	41,07	51	39,53
Hospital Público no Município	15	88,24	87	77,68	102	79,07

Com relação ao Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde - PIAPS, que consiste no repasse de recursos financeiros aos municípios que possuam comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares, para fins de custeio e investimento em serviços e ações de saúde, das 125 comunidades que responderam à questão, apenas 38,40% das comunidades informaram que o município recebia este recurso e o destinava para a comunidade.

Para que a municipalidade possa utilizar o recurso recebido por meio do PIAPS é necessário que seja feito um Plano de Trabalho em conjunto com a comunidade quilombola certificada. É possível que os governos municipais não estejam utilizando esse recurso por desconhecimento ou incapacidade operacional, ou, ainda, que o estejam aplicando sem a participação das comunidades na escolha de prioridades, já que os respondentes não tinham conhecimento do referido recurso.

Com referência às pessoas que exerciam práticas de medicina tradicional, em 81,40% das comunidades há pessoas com conhecimento especializado em ervas e em 71,32% das comunidades há benzedeiras. Porém, outras personalidades relacionadas à medicina tradicional têm números bem menores, como os curandeiros, presentes em 19,53% das comunidades, e as parteiras, presentes apenas em 7,75%.

Comparando a situação das comunidades segundo sua localização, percebe-se que nas comunidades urbanas não há presença de parteiras, e no meio rural há maior proporção de benzedeiras, conforme tabela abaixo:

Tabela 18- Comunidades em que há pessoas que exercem medicina tradicional, por situação da área de localização.

Medicina Tradicional	Urbana		Rural		Total	
	Nº de comunidades (17)	%	Nº de comunidades (112)	%	Nº de comunidades (129)	%
Parteira	0	0,00	10	8,93	10	7,75
Benzedeira	9	52,94	83	74,11	92	71,32
Curandeiro	3	17,65	22	19,64	25	19,53
Pessoa com conhecimento em ervas	14	82,35	91	81,25	105	81,4

Os valores referentes às formas tradicionais de cura do estudo de Rubert (2005) são menores no que diz respeito às pessoas com conhecimento especializado em ervas, 56,3%, benzedeiras 35,4%, e curandeiros 3,2%, porém os valores referentes às parteiras, 5,2%, é semelhante.

EDUCAÇÃO

No que se refere à educação, em 33,33% das 129 comunidades que responderam à questão, existe pelo menos uma escola na comunidade. Comparando-se por área de localização as comunidades rurais estão um pouco melhores do que as urbanas, estas têm escolas em apenas 11,76% das comunidades, já as rurais têm em 36,61%. Das 76 escolas existentes nas comunidades, em algumas há mais de uma, as mais frequentes são as de educação infantil, 28,95%; escola de nível fundamental, 52,63%; de nível médio, 11,84%; e escola quilombola, 6,58%, esta última somente na área rural.

Nas 66,67% das comunidades em que não existe nenhuma escola, as escolas mais próximas estão localizadas a menos de 4 km em 37,21% das comunidades; de 5 a 9 km, em 30,23%; de 10 a 19 km, em 17,44%; de 20 a 29 km, em 8,14%; e mais de 30 km, em 6,98%. As escolas que estão localizadas a mais de 10 km de distância das comunidades estão todas em áreas rurais, e contam 28.

Em todas as 128 comunidades que responderam à questão sobre alimentação escolar, foi informado que a merenda escolar é oferecida todos os dias aos alunos. O transporte escolar é disponibilizado em 85,27% das 129 comunidades que responderam à questão, sendo, 92,86% nas comunidades rurais e 35,29% nas urbanas. Os recursos para o custeio do transporte escolar da educação básica pública para residentes em área rural são transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, do MEC, sendo assim, deveria ser disponibilizado acesso a todas as comunidades rurais. Com a pandemia, houve uma crise no transporte escolar, talvez também por isso a falta de transporte escolar tenha aparecido neste estudo.

No Brasil, existem políticas afirmativas que pretendem reparar a desigualdade de acesso do povo negro à educação, visando avaliar se os quilombolas estavam acessando estas políticas foi perguntado se no momento da pesquisa⁶ havia na comunidade alunos que tinham entrado na universidade por meio das cotas, ou alunos que recebiam bolsa permanência. Nem todos os respondentes souberam informar, mas das respostas obtidas, verificou-se que em 39,67% das comunidades havia alunos que se beneficiavam das cotas quilombolas como forma de entrada na universidade, 26,55% que se beneficiavam das cotas raciais e 37,50% recebiam bolsa permanência, conforme se pode ver na próxima página

⁶ Não foram contabilizadas as pessoas que entraram por cotas eventualmente em anos anteriores e que já haviam se formado.



Umberto da Rosa Farias, ancião com conhecimento de ervas curativas do Quilombo Emília de Moraes, Cerrito. Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi para a pesquisa.

Tabela 19 - Comunidades que se beneficiaram com Políticas afirmativas.

Políticas afirmativas	Nº de comunidades respondentes	Sim	%
Cotas quilombolas	121	48	39,67
Cotas Raciais	113	30	26,55
Bolsa Permanência	112	42	37,50

Na tabela abaixo discriminada por área de localização das comunidades se observa o número de respondentes, o número de comunidades que informaram se beneficiar com as cotas e a bolsa e o número estimado de alunos em cada política. Nas cotas raciais os percentuais entre as comunidades rurais e urbanas são semelhantes, cerca

de 26%, beneficiando ao todo 70 alunos, mas nas cotas quilombolas e bolsa permanência os valores das comunidades rurais são maiores, mais de 40%. O número de alunos que utilizaram cotas quilombolas foram 123 e os que receberam bolsa permanência foram 117, somando-se as comunidades rurais e urbanas.

Tabela 20 - Comunidades que se beneficiaram com políticas afirmativas por situação da área de localização.

Políticas Afirmativas	Urbana				Rural			
	Nº de comunidades respondentes	Sim	%	Nº de alunos	Nº de comunidades respondentes	Sim	%	Nº de alunos
Cotas Quilombolas	15	3	20,00	8	106	45	42,45	115
Cotas Raciais	15	4	26,67	6	98	26	26,53	64
Bolsa Permanência	16	2	12,50	5	96	40	41,67	112



Artesanato quilombola.
Crédito: Rodrigo Nolte Martins da ASCOM-SEAPI.

RENDA, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NOS QUILOMBOS

Para conhecer as principais rendas e a produção das comunidades quilombolas certificadas, o instrumento de pesquisa listou fontes de renda, produtos, canais de comercialização dentre outras variáveis, com maior foco nas comunidades rurais, já que estas são a maioria.

RENDA

Para verificar as principais fontes de renda das famílias das comunidades, foi apresentada uma lista de atividades e benefícios (nominadas na tabela abaixo), onde as principais deveriam ser notadas de 1 a 5, em uma escala de importância, considerando as cinco principais fontes de renda das famílias, sendo que 1 correspondia à fonte de renda com maior número de famílias da comunidade e 5 a fonte de renda de menor número de famílias, as demais fontes de renda não eram notadas.

Dentre todas as fontes de renda mais citadas, ou seja, aquelas marcadas com os números de 1 a 5, tivemos aposentadoria, 83,72%; programa social (Bolsa Família, Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada - BPC, entre outros), 79,84%; diária de serviço agrícola, 69,77%; agricultura, 58,14%; e serviço autônomo, 36,43%. Considerando apenas as fontes de renda marcadas como número 1 entre as famílias de cada comunidade, o resultado e a ordem se alteram, destacando-se agricultura, 24,81%; programa social, 21,71%; aposentadoria, 20,16%; diária de serviço agrícola, 17,05%; e emprego não-agrícola formal, 10,08%, conforme tabela abaixo.

Tabela 21 – Fontes de renda monetária formal ou informal das famílias quilombolas - RS.

Fonte de renda	Principal mais frequente (n° 1)*	%	Soma das respostas (n° 1 a 5)*	%
Não tem renda monetária	4	3,10	18	13,95
Agricultura	32	24,81	75	58,14
Criação/venda de animais	1	0,78	29	22,48
Extrativismo	1	0,78	9	6,98
Artesanato	1	0,78	15	11,63
Diária de serviço agrícola	22	17,05	90	69,77
Diária de serviço não-agrícola	5	3,88	38	29,46
Emprego agrícola formal ("carteira assinada")	6	4,65	36	27,91
Emprego não-agrícola formal ("carteira assinada")	13	10,08	44	34,11
Serviço de Profissional liberal	0	0,00	4	3,10
Serviço autônomo	7	5,43	47	36,43
Serviço público	2	1,55	18	13,95
Bolsa (estudante)	2	1,55	7	5,43
Aposentadoria ou pensão	26	20,16	108	83,72
Seguro defeso	1	0,78	2	1,55
Programa Social (Bolsa Família, BPC, etc.)	28	21,71	103	79,84
Outro	2	1,55	6	4,65

* Uma comunidade não respondeu

Aposentadoria, diária e agricultura se destacam também no trabalho de Rubert (2005), que estudou as comunidades gaúchas em 2005, quando as principais fontes de renda eram aposentadoria, 100%; diarista, 91,4%; agricultura, 60,3%; emprego formal 31,0%; criação de animais, 24,1%, artesanato, 10,3%; extrativismo, 5,2%; e horticultura, 1,7%.

Analisando as principais fontes de renda das comunidades por localização, percebe-se que nas 17 comunidades urbanas se destacam: emprego não-agrícola formal e programa social, que aparecem com 82,35%, além de serviço autônomo, 76,47%, aposentadoria, 58,82%, e diária de serviço não agrícola, 47,06%. Entre as comunidades rurais, as mais mencionadas foram aposentadoria com 87,50%, programa social com 70,46%, diária de serviço agrícola com 76,79%, agricultura, com 63,39%, e emprego agrícola formal, 31,25%, como detalhado abaixo:

Tabela 22 – Fontes de renda formal ou informal, por situação da área de localização.

Fonte de renda	Urbana		Rural	
	Soma das respostas (n° 1 a 5)	%	Soma das respostas (n° 1 a 5)*	%
Não tem renda monetária	5	29,41	13	11,61
Agricultura	4	23,53	71	63,39
Criação/venda de animais	1	5,88	28	25,00
Extrativismo	0	0,00	9	8,04
Artesanato	3	17,65	12	10,71
Diária de serviço agrícola	4	23,53	86	76,79
Diária de serviço não-agrícola	8	47,06	30	26,79
Emprego agrícola formal ("carteira assinada")	1	5,88	35	31,25
Emprego não-agrícola formal ("carteira assinada")	14	82,35	30	26,79
Serviço de Profissional liberal	0	0,00	4	3,57
Serviço autônomo	13	76,47	34	30,36
Serviço público	6	35,29	12	10,71
Bolsa (estudante)	1	5,88	6	5,36
Aposentadoria ou pensão	10	58,82	98	87,50
Seguro defeso	0	0,00	2	1,79
Programa Social (Bolsa Família, BPC, etc.)	14	82,35	89	79,46
Outro	0	0,00	6	5,36

* Uma comunidade não respondeu

Embora a agricultura apareça entre as fontes de renda mais citadas, outras aparecem como mais frequência, o que pode ser empecilho para a obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pré-requisito para o acesso à todos os programas destinados ao fortalecimento da agricultura familiar, e inclusive, outros direitos dirigidos para população rural como habitação, saneamento, intercomunicação, entre outros.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Considerando que a maioria das comunidades quilombolas são rurais, questões referentes à produção agropecuária foram formuladas a fim de se ter uma visão geral a respeito dessa produção. A partir de uma lista de produtos vegetais, animais e processados, os respondentes apontaram o número aproximado de famílias do quilombo que produziam cada um dos produtos elencados. Demandou-se também se esta produção era voltada à subsistência e/ou à comercialização. Necessário salientar que a pesquisa de campo foi feita em um período de estiagem, o que pode ter influenciado os resultados negativamente em relação a períodos de normalidade.

PRODUÇÃO VEGETAL

Nas 113 comunidades localizadas em zona rural, há alguma produção vegetal em 111, sendo que duas não responderam à questão; das 17 comunidades localizadas em zona urbana, apenas cinco têm algum tipo de produção vegetal. Considerando todas as comunidades, em 12 não há nenhuma produção deste tipo, sendo todas estas urbanas.

Os produtos cultivados pelo maior número das famílias⁷ nas comunidades quilombolas são frutas, hortaliças, batata-doce, milho, feijão, mandioca e cebola, configurando cultivos diversificados e voltados principalmente para o autoconsumo.

Das 116 comunidades que têm produção vegetal, em 113 comunidades existem famílias que produzem hortaliças; em 108 produzem batata-doce e frutas; em 106, milho; em 104, feijão; em 100, mandioca, dentre outras. Analisando em detalhe a tabela 23, percebemos que essa produção gera excedentes, pois em torno de 20 a 40% das famílias que se dedicam a esses cultivos também os comercializam. Já produtos como fumo, soja e arroz são direcionados para a venda, em percentuais que variam de 100% a quase 70%. Entretanto, esses cultivos envolvem um número reduzido de famílias.

⁷ Com referência ao número de famílias e comunidades, ressalta-se que há repetição, ou seja, uma mesma família produz mais de um dos produtos citados.

Tabela 23 – Produção vegetal - Número de famílias e comunidades que produzem e comercializam

Produtos	Produção		Comercialização			
	Comunidades		Famílias		Comunidades	
	nº que produzem	% sobre respondentes (128)	nº que produzem	% sobre o total (7.679)	Nº que vendem	% em relação as que produzem
Arroz	15	11,72	80	10,4	10	66,67
Soja	15	11,72	95	1,24	14	93,33
Feijão	104	81,25	2.180	28,39	48	46,15
Fumo	25	19,53	192	2,50	25	100,00
Cebola	87	67,97	1475	19,21	24	27,59
Hortaliças	113	88,28	2.985	38,87	27	23,89
Milho	106	82,81	2.188	28,49	33	31,13
Mandioca	100	78,13	2.085	27,15	20	20,00
Batata Inglesa	44	34,38	424	5,52	8	18,18
Batata Doce	108	84,38	2191	28,53	26	24,07
Frutas	108	84,38	3189	41,53	21	19,44
Amendoim	67	52,34	544	7,08	15	22,39



Considerando os resultados das comunidades por localização, nos quilombos urbanos predomina a produção de hortaliças (29,41%) e frutas (23,53%), entretanto em 11,76% há cultivo de produtos como milho, feijão, batata-doce, batata inglesa, cebola e amendoim, provavelmente destinados ao autoconsumo. Nas comunidades rurais a variedade de produtos é maior, 97,30% produzem hortaliças; 95,50%, batata-doce; 03,69%, frutas e milho; 91,89%, feijão; 87,39%, mandioca, dentre outras, como se pode ver abaixo. Os cultivos que envolvem o maior número de famílias são frutas (48,28%), hortaliças (44,77%), batata-doce (33,45%), milho (33,09%) e feijão (32,74%).

Tabela 24 – Produção vegetal por número de comunidades e famílias e por situação da área de localização.

Produtos	Urbanas				Rurais			
	Comunidades		Famílias		Comunidades		Famílias	
	nº que produzem	% sobre o total (17)	nº que produzem	% sobre o total (1.173)	nº que produzem	% sobre o total (111)	nº que produzem	% sobre o total (6.506)
Arroz	0	0,00	0	0,00	15	13,51	80	123
Soja	0	0,00	0	0,00	15	13,51	95	1,46
Feijão	2	11,76	50	4,26	102	91,89	2130	32,74
Fumo	0	0,00	0	0,00	25	22,52	192	2,95
Cebola	2	11,76	10	0,85	85	76,58	1465	22,52
Hortaliças	5	29,41	72	6,14	108	97,30	2913	44,77
Milho	2	11,76	35	2,98	104	93,69	2153	33,09
Mandioca	3	17,65	41	3,50	97	87,39	2044	31,42
Batata Inglesa	2	11,76	7	0,60	42	37,84	417	6,41
Batata Doce	2	11,76	15	1,28	106	95,50	2176	33,45
Frutas	4	23,53	48	4,09	104	93,69	3141	48,28
Amendoim	2	11,76	5	0,43	65	58,56	539	8,28



PRODUÇÃO ANIMAL

Das 130 comunidades quilombolas certificadas, somente 15 comunidades (11,54%) não têm nenhum tipo de criação animal, a maioria destas, 13, estão localizadas em zona urbana.

Nas comunidades quilombolas as criações que se destacam são: aves para produção de ovos e para corte, respectivamente, 81,54% e 80,77%, das comunidades apresentam este tipo de criação; em seguida, suínos, 79,23%; gado de corte, 63,08%; gado de leite, 61,54%; e apicultura, 46,92%. As atividades que envolvem o maior número de famílias são aves de corte e produção de ovos, com 2.905 e 2.586 famílias, respectivamente; suínos, com 1.927 famílias e gado de corte com 1.070 famílias.

Analisando o percentual de famílias que comercializam essa produção, percebemos que há maior proporção de venda dos produtos pecuários, em geral, comparados à produção vegetal. A atividade que envolve menor comercialização é a meliponicultura, criação racional de abelhas nativas sem ferrão, as demais têm seus produtos comercializados por cerca de um terço das famílias envolvidas. Destaque em vendas são a produção de lã de ovinos, produção de mel de *Apis mellifera* (apicultura) e a criação de bovinos de corte, pois considerando as famílias que o produzem, os percentuais de comercialização ficam em 70,97%, 67,21% e 54,88%, respectivamente, como se pode ver na tabela na página ao lado:

Tabela 25 – Produção animal - Número de famílias e comunidades que produzem e comercializam

Produtos	Produção				Comercialização	
	Comunidades		Famílias		Comunidades	
	nº que produzem	% sobre respondentes (130)	nº que produzem	% sobre o total (7.679)	Nº que vendem	% em relação as que produzem
Bovinocultura de leite	80	61,54	732	9,53	24	30,00
Bovinocultura de corte	82	63,08	1070	13,93	45	54,88
Ovinocultura (corte)	60	46,15	319	4,15	23	38,33
Ovinocultura (lã)	31	23,85	204	2,66	22	70,97
Caprinocultura (corte)	21	16,15	147	1,91	6	28,57
Caprinocultura (leite)	4	3,08	84	1,09	0	0,00
Suínocultura	103	79,23	1927	25,09	29	28,16
Avicultura (corte)	105	80,77	2905	37,83	30	28,57
Avicultura (ovos)	106	81,54	2586	33,68	47	44,34
Apicultura	61	46,92	240	3,13	41	67,21
Meliponicultura	8	6,15	69	0,90	2	25,00

As maiores expressões entre a produção animal das famílias quilombolas são as aves de corte, produção de ovos e suínos; provavelmente reflexo das possibilidades de criação animal em pequenas áreas. Não deixa de surpreender, no entanto, que a bovinocultura esteja presente em 60% das comunidades, envolvendo aproximadamente 10% de famílias, considerando corte e leite.

A apicultura, por outro lado, cuja produção é importante comercialmente, e que traz benefícios à produção vegetal, pela atividade polínica das abelhas, e que demanda pouca área, envolve um número reduzido de famílias. Da mesma forma, a meliponicultura, que aparece em apenas 8 comunidades, sendo que a maioria das famílias, 43, está no quilombo Rincão dos Negros (Rio

Pardo), seguido do quilombo Anastácia Machado (Tavares), com 20 famílias⁸. Esses dados são confirmados por outro estudo, sobre o diagnóstico da meliponicultura no estado, que verificou uma quantidade pequena de ninhos em comunidades tradicionais, em relação ao total registrado no RS (AMBROSINI et al., [2023]). Em contraste, em quilombos da Paraíba, a meliponicultura que era praticada tradicionalmente, está envolvida em uma rede de conhecimento ecológico construída por diferentes gerações ao longo do tempo e vem sofrendo algumas transformações, buscando maior potencial de produção e renda, fruto do interesse dos jovens pela atividade (CARVALHO; MARTINS; MOURÃO, 2014).

⁸ Em todos os quilombos em que é desenvolvida a meliponicultura, também há as atividades de apicultura e fruticultura.



José Francisco Dias Carneiro (Titico), Quilombo dos Teixeiras, Mostardas
Crédito: Foto de Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Fazendo pão de milho, Lichiguana, Cerrito;
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

PROCESSADOS

A pesquisa buscou informações sobre processamento de produtos agropecuários nas comunidades quilombolas certificadas. No total, 107 comunidades produzem algum tipo de alimento processado. Entre aquelas que não produzem, ou seja, 23 comunidades, mais da metade é urbana, 12.

Os alimentos processados que se destacam são panificados, citados em 80% das comunidades (3.471 famílias); doces e geleias, em 67,69% das comunidades (1.731 famílias); conservas, em 57,69% das comunidades (1.162 famílias); sucos e polpas, 46,92% das comunidades (1.567 famílias) e embutidos em 46,92% das comunidades (999 famílias). Quanto à comercialização, os produtos mais vendidos são: panificados, com 42,31% das comunidades, e os doces e geleias de frutas, com 42,05%, em seguida os laticínios, 37,84%, e as farinhas, 36,36%. Cabe destacar ainda que os derivados da cana são comercializados por um terço, 33,33% das comunidades onde há produção.

Tabela 26 – Número de famílias e comunidades que produzem e comercializam processados

Produtos	Produção				Comercialização	
	Comunidades		Famílias		Comunidades	
	nº que produzem	% sobre respondentes (130)	nº que produzem	% sobre o total (7.679)	Nº que vendem	% em relação as que produzem
Farinhas	11	8,46	44	0,57	4	36,36
Laticínios	37	28,46	252	3,28	14	37,84
Doces e geleias	88	67,69	1731	22,54	37	42,05
Sucos e Polpas	61	46,92	1567	20,41	6	9,84
Panificados	104	80,00	3471	45,20	44	42,31
Embutidos	61	46,92	999	13,01	7	11,48
Conservas	75	57,69	1162	15,13	10	13,33
Derivados da cana	6	4,62	47	0,61	2	33,33

A análise geral de dados sobre produção vegetal, animal e processamento permite concluir que a produção agropecuária das comunidades é diversificada e voltada, principalmente, ao autoconsumo. A produção das comunidades rurais, como esperado, é maior do que a das urbanas.

O processamento dos alimentos também é majoritariamente voltado para o autoconsumo, embora tenha um número expressivo de comunidades que comercializam seus produtos. A produção é feita de forma caseira. Dessa forma, a proposição de políticas de incentivo ao beneficiamento da produção deve levar em conta um incentivo de estruturas possivelmente coletivas ou cooperativas, no intuito de agregação de valor e melhoria da renda das famílias quilombolas.



Isela de Quevedos Rodrigues fazendo cestas, Quilombo Torrão, São Lourenço do Sul. Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

ARTESANATO

Mais da metade das comunidades quilombolas, 66,92%, informaram produzir algum tipo de artesanato, e a maioria das comunidades produz mais de um. As atividades mais comuns entre todas as comunidades são Crochê e Tricô (36,15%), com 300 famílias, e Artesanato em Tecido (21,54%), com 102 famílias.

Tabela 27 – Número de famílias e comunidades que produzem e comercializam artesanato

Produtos	Produção				Comercialização	
	Comunidades		Famílias		Comunidades	
	nº que produzem	% sobre respondentes (130)	nº que produzem	% sobre o total (7.679)	Nº que vendem	% em relação as que produzem
Crochê e Tricô (Crochê, macramê, corda, filtro dos sonhos e tricô)	47	36,15	300	3,91	31	65,96
Pintura em diversos materiais (em tecido, em tela, em gesso, em madeira, em vidro e grafite e artes etnicoculturais)	12	9,23	39	0,51	7	58,33
Artesanato em fibras vegetais (Taquara, bambu, milho, bananeira, cipó, costela de adão, folhas, sementes, cestaria e balaio)	13	10,00	69	0,90	11	84,62
Artesanato em tecido (Fuxico, bolsas, bonecas, patchwork, pano de prato e tapete)	28	21,54	102	1,33	23	82,14
Artesanato em madeira (Pilão e pirografia)	7	5,38	33	0,43	5	71,43
Artesanato em lã (Curtimento de pelego e feltagem)	8	6,15	43	0,56	5	62,50
Artesanato em materiais recicláveis (Papel, lata e jornal)	3	2,31	7	0,09	2	66,67
Bordado (Bordados em geral, chinelos)	6	4,62	34	0,44	6	100,00
Corte e costura	6	4,62	44	0,57	3	50,00
EVA e Biscuit	1	0,77	5	0,07	1	100,00
Cuias e porongos	1	0,77	5	0,07	1	100,00
Saboaria (Saboaria em geral e sabonetes com plantas medicinais)	3	2,31	14	0,18	3	100,00
Artesanato Afro (Artesanato étnico, cultura afro, acessórios e vestuário e instrumentos musicais de identidade afrocentrado)	1	0,77	5	0,07	1	100,00
Artesanato em Couro (Guasqueiro, relho)	6	4,62	21	0,27	4	66,67
Bijuteria (Bijuteria em geral e chaveiro)	5	3,85	12	0,16	5	100,00
Artesanato em Barro (Escultura)	1	0,77	1	0,01	0	0,00
Não informado o tipo	7	5,38	24	0,31	7	100,00

Chama a atenção o fato de que algumas atividades artesanais, embora ocorram em poucas comunidades e envolvam poucas famílias, onde são realizadas, se destinam à comercialização, caso de Bordado, EVA e Biscuit, Cuias e Porongos, Saboaria, Artesanato Afro e Bijuteria.

Comparando os dados das comunidades que têm renda advinda do artesanato, informada na questão referente à renda, e o tipo de artesanato desenvolvido, percebe-se que, das 15 comunidades que citaram o artesanato como uma de suas fontes de rendas, o tipo de artesanato a que se dedicam é Crochê e Tricô (cinco comunidades), Artesanato em tecido (quatro comunidades), Artesanato em fibras vegetais (três comunidades), dentre outros.



Crochê, Quilombo Torão, São Lourenço do Sul.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Artesanato, cestaria, Quilombo Lichiguana, Cerrito.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Teatro de bonecos usado para contar a história das fundadoras da comunidade, "História das 3 irmãs - Pelônia, Laurinda e Antônia", bonecos feitos em oficina de artesanato, Peixoto dos Botinhos, Viamão. Crédito: Carla Vogel Rodrigues da EMATER/RS-Ascar.

Artesanato de retalho de tecido produzido pelas mulheres da comunidade, em suas oficinas de costura, Quilombo dos Botinhos, Viamão. Crédito: Carla Vogel Rodrigue da EMATER/RS-Ascar.



Adriana Silveira faz bonecas de pano, Coxilha Negra, São Lourenço do Sul
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Descanso de panelas feito com sabugo de milho da artesã Márcia Miranda, Linha Fão - Sítio Novo, Arroio do Tigre.
Crédito: Daniele Centa da EMATER/RS-Ascar.



As diversas tramas e materiais do artesanato quilombola
Crédito: Rodrigo Nolte Martins da ASCOM-Seapi



ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA OU DE COMERCIALIZAÇÃO

Perguntados sobre se havia ou não grupos formais ou mesmo informais de produção ou comercialização, foi informado que 35 comunidades (28%) possuem algum grupo organizado, mas a maioria, 90 comunidades (72%), não possui; cinco comunidades não responderam a esta questão.

Era possível mais de uma resposta, já que algumas comunidades tinham mais de um grupo organizado, os grupos mais frequentes foram grupos informais de mulheres, em 17 comunidades, e grupos de agricultores, em 14 comunidades. Somente nove comunidades informaram ter associação ou cooperativa de produção ou comercialização formal.

Tabela 28 – Grupos formais ou informais de produção ou comercialização.

Grupos	Nº de comunidades	% sobre as comunidades que possuem grupos = 35	% sobre comunidades = 125
Grupo informal de mulheres	17	48,57	13,60
Grupo informal de agricultores	14	40,00	11,20
Associação/cooperativa formal	9	25,71	6,40
Grupo informal de artesanato	8	22,86	3,20
Outros grupos informais	4	11,43	7,20
Não possui grupos	90		72,00

Sobre a comercialização dos produtos, das 117 comunidades que responderam à questão, em 90 comunidades há famílias que comercializam a sua produção (total ou parcialmente), sendo, portanto, 76,92% das que responderam. Note-se que o dado de comercialização é bem maior do que o de organização da produção ou comercialização, o que sugere que as vendas se dão de forma individual.

Com referência aos principais canais de comercialização, para as 100 comunidades que priorizaram as alternativas oferecidas, a opção “venda para amigos, vizinhos, parentes, conhecidos, etc.” foi citada com mais frequência, em 90% (a mesma alternativa foi citada como o canal mais importante de comercialização para 66% das comunidades).

Em seguida, aparece a alternativa “atravessador”, com 44%. O mercado institucional, representado principalmente pelos programas Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, aparece como canal de comercialização apenas em 14 comunidades e sendo o mais importante em somente 1 comunidade.

Tabela 29 -Canais de comercialização das comunidades quilombolas.

Canal	Principal mais frequente (nº 1)	Soma das respostas (nº 1 a 4)
Cooperativa	4	14
Atravessador	17	44
Venda para amigos, vizinhos, parentes, conhecidos, etc.	66	90
Feiras	7	31
Comércio/Indústria	5	18
Mercado Institucional (PAA/PNAE)	1	14
Outros	0	10
Não responderam	30	30

BENS CULTURAIS QUILOMBOLAS NO RS

O eurocentrismo dominante, influenciado pela colonização europeia no RS, instituiu uma subalternidade às demais identidades étnicas, com incentivos e licença de Estado, por vezes tomando proporções de violência, apagamento e silenciamento das demais identidades. Em oposição, houve e existe um pujante movimento de expressões culturais que reivindicam e reproduzem suas identidades tradicionais sob a forma de forte resistência cultural. Nas referências culturais afro-brasileiras, o sincretismo e o “secretismo” foram algumas das diversas estratégias de resistência para preservar as manifestações, crenças, ritos e práticas identitárias.

O presente diagnóstico veio a constituir um banco de dados de bens culturais das comunidades quilombolas, através de questões abertas apresentadas aos entrevistados, referentes à memória e ao imaginário sobre lugares de importância coletiva, celebrações, formas de expressão (manifestações artísticas), saberes, sementes crioulas e alimentos tradicionais, narrativas (“causos”) e personalidades reconhecidas nas comunidades. Esta coletânea de informações permitiu a produção de um acervo audiovisual, com registros fotográficos e em vídeo, o que acrescenta maior riqueza na documentação destes bens culturais.

A metodologia de documentação de bens culturais de natureza imaterial criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no âmbito do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), classifica tais bens como Saberes, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares e Narrativas. Nestas categorias buscou-se organizar os bens culturais imateriais incluídos nas questões abertas do questionário, além de mencionar bens culturais materiais, como sítios arqueológicos, documentos históricos e fotografias antigas.

Durante a coleta, os próprios respondentes apresentaram elementos novos de expressões culturais, ainda que superficiais, que qualificam a busca de referências. Estes dados poderão servir à posterior análise das potencialidades e interesses de continuidade do processo de levantamento, envio de pedido de instrução de processo de registro em instituições competentes, começando pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), com a possível implementação das etapas posteriores da pesquisa, conforme a metodologia desta instituição.

SABERES

Em 72% das comunidades quilombolas certificadas foram citados saberes considerados tradicionais. Na categoria de “Saberes” (antes definida pelo IPHAN como “ofícios e modos de fazer”), certos conhecimentos e práticas foram enfatizados de forma ampla pelas comunidades. Destacam-se saberes agrícolas orientados pelas fases da Lua, saberes relacionados aos ventos, benzeduras voltadas à intervenção em eventos climáticos, doma de animais, esquila e diversas técnicas de artesanato (em lã, tecido, couro, cestaria).

As benzeduras foram caracterizadas como procedimentos simbólicos voltados ao sucesso da produção agrícola e para o controle das forças da

natureza, como “benzer a lavoura”, objetivando o controle de pragas e doenças, e “benzer o tempo” - benzedura de tormentas, cruz de sal, machado cravado no chão com fio para baixo. Tais práticas, muitas vezes denominadas “simpatias”, consistiam também em usar o machado para “cortar o vento” quando vem ventania, fazendo um gesto equivalente a um golpe com o machado, em frente à casa. Outro procedimento consiste na utilização de um machado cravado no meio do terreiro com o fio enterrado no chão para “benzer a tormenta”.



Zilda Conceição da Silva cravando o machado na terra para controlar o vento nas tempestades, Beco dos Coladianos, Mostardas
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

No quilombo Estância da Figueira (Canguçu), foram citadas “simpatias” voltadas ao controle das forças da natureza: quando há temporais, joga-se uma garrafa para a rua proferindo palavras para o temporal passar. As ações dos benzedores empregam extensivamente ervas medicinais e são destacadas por suas habilidades ao facilitar partos, melhorar a saúde e localizar objetos e animais perdidos. Na comunidade Vovô Virgolino/Capororocas (Tavares) costuma-se empregar um “breve”, objeto que contém sete grãos de feijão-sopinha, para proteção em bolsas, casas ou colares.

Os saberes elencados deram igualmente ênfase à influência da lua e sua movimentação como referência para atividades agrícolas e na “lida” com animais e humanos. Este conhecimento “etnoastrológico” emprega a observação das fases da lua para o cultivo de certas espécies e a determinação de diversos procedimentos que articulam cultura e natureza. Em Canguçu, todas as comunidades mencionaram estes saberes. A observação das fases da Lua, ou, ainda, “os ensinamentos das fases da Lua” são tomados como referência para o preparo do solo, a plantação e a colheita. Cada fase é indicativa de um tipo de plantio específico: “em cima da terra ou embaixo da terra”, isto é, grãos e leguminosas ou raízes e tubérculos. Estes saberes também costumavam ser acionados pelas parteiras e ainda resistem, de forma residual, em 7,75% das comunidades onde existem parteiras.

Alguns exemplos de como os movimentos da lua e do vento conformam dinâmicas do calendário agrícola e da vida social coletiva podem ser percebidos quando, entre os meses de outubro e novembro, evita-se plantar cultivares de primavera (feijão, batata-doce, aipim) quando sopra o vento Sul, ou então quando o manejo das “cercas vivas” formadas pelos maricás (*Mimosa bimumcronata*) é contraindicado durante o período da lua nova. Há outros exemplos de saberes sobre a lua: depois de três dias de lua nova pode-se plantar ou “mudar” a cebola, isto é, realocar as mudas que foram semeadas em uma área pequena para a posição onde virão a desenvolver-se na lavoura, “para não criarem pendão”. O mesmo acontece em relação ao vento: não se planta batata-doce e aipim enquanto sopra o vento Sul, podendo “estragar a terra” (torná-la infértil).



Goiabas brancas e vermelhas, Quilombo Favila, Canguçu. Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Sementes crioulas de feijão-miúdo armazenadas em garrafas pet, sobre “cama” de cebola, Quilombo dos Teixeira, Mostardas. Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

SEMENTES CRIOULAS

Mais da metade das comunidades (58%), sobretudo as rurais, informaram ter sementes crioulas (e/ou ramas de vegetais), que são utilizadas na produção de alimentos tradicionalmente consumidos pelas comunidades e, algumas delas, oferecidas a animais. As sementes crioulas são adaptadas ao território e ao clima, permitindo a produção de base ecológica, sustentável e de menor custo. Estas sementes são guardadas de uma safra para outra por gerações, tornando estas comunidades guardiãs de sementes crioulas, ou seja, guardiãs da agrobiodiversidade e donas de um patrimônio genético único.

Destaca-se a ampla diversidade de variedades, algumas muito específicas e peculiares, de feijões (feijões roxo, miúdo preto e vermelho, gana, marrom, mourinho, feijão-da-praia, feijão-mamoninho, feijão-miúdo, feijão-sopinha, entre outras), ervilha e fava e, também, milhos (sobretudo milho branco ou catete). São, ainda, mantidas pelas comunidades, sementes de cucurbitáceas (abóboras, morangas, melancias e melões), ramas de batatas-doce (branca e roxa, batata-abóbora), hortaliças, amendoim, alho crioulo, cebolas, goiaba branca, aipins e variedades para pastagem, como o milho-pedra.

O feijão miúdo é largamente citado e referido como “sempre cultivado”, utilizado para pastagem, adubação de solo e na alimentação humana. Antigamente, o armazenamento era feito na areia, especialmente pelas comunidades do litoral. Houve relatos de que algumas famílias ainda utilizam essa forma de armazenamento. A agrobiodiversidade que integra os modos de vida das comunidades quilombolas engloba não só variedades vegetais, mas também animais “rústicos” como o “porco-casco-de-burro”, suínos que, diferentemente do comum, não tem o casco fendido.



Nas fotos: os irmãos Sônia e Rubens Nunes da Rosa fazendo pão na pedra, Lichiguana, Cerrito.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi para a pesquisa.



ALIMENTOS TRADICIONAIS

As comunidades quilombolas citaram vários alimentos considerados por elas como tradicionais, destacando alimentos à base de milho, como canjica, quirera, sorda, angu, cuscuz, pamonha, pão de milho, broa, “farinha de cachorro”; alimentos à base de mandioca, como beiju, jacuba, farofa, paçoca; de abóbora, quibebe; entre outros. E, ainda, alimentos com ingredientes considerados menos “nobres” desde uma perspectiva eurocêntrica, frequentemente descartadas pela patronagem, como mocotó (feito com patas, tripas e mondongo), salada de cabeça de ovelha, torresmo e feijoada. Receitas como o sarrabulho (receita com sangue de ovelha), morcilha do pescoço de galinha, feijoada e demais pratos à base de ovinos, cozido de cabeça de porco e diversos preparos com “miúdos” de animais, ingredientes que historicamente eram rejeitadas pelo senhorio e a patronagem.

Nesta culinária tradicional foram identificadas estratégias de sobrevivência ou reprodução em condições extremamente adversas e com escassez de alimentos. Exemplos são receitas que utilizam apenas uma panela, como cadela oveira, que aproveita sobras, ou ainda que ilustram falta de recursos para o preparo, como o pão na pedra, que se pode ver na foto abaixo, bastante ressaltado na comunidade de Lichiguana (Cerrito).

Os relatos colhidos dão conta de que o desjejum, nos piores momentos de escassez da comunidade de Brasa Moura (Piratini), era resolvido com a sorda (caldo engrossado com farinha de milho), ou a jacuba (farinha de mandioca, açúcar e café, ou farinha de milho torrado ou, nas piores fases, água quente), pães sem fermento ou sem farinha de trigo, como “nego deitado”, catreira (pão de farinha de trigo sem fermento) e “mana pança” (ovos, banha, bicarbonato de sódio, água e farinha de milho).

Também se identificam soluções em termos de “portabilidade” das refeições, alimentos que não se deterioram com facilidade para serem levados para o trabalho no campo, como paçoca e “farinha de cachorro” (preparado a partir de amendoim torrado e partido, farinha de mandioca e açúcar).

*Charque e linguiça caseira, Quilombo dos Teixeiras, Mostardas.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.*



Muitas e diversas composições altamente criativas merecem ser citadas para enriquecer esta breve descrição. À base de milho: cuscuz, canjica de milho socada no pilão, canjiquinha, canjiquinha de galinha (milho moído e cozido com galinha e temperos), pão de milho com torresmo, pão de milho adoçado com torresmo salgado, angu de milho catete, etc.

Entre outras receitas mais conhecidas, inclusive fora das comunidades, podemos citar galinha ao molho pardo, vaca atolada, quibebe (mexido de abóbora cozida engrossado com farinha de mandioca) e carreteiro de charque.



*Forno de barro e tijolos, Quilombo dos Teixeiras - Mostardas
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.*

*“Café de cambona”, Quilombo Lichiguana, Cerrito.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.*





*Produção da foto da Noiva de branco: Regina da Silva Miranda da EMATER/RS-Ascar, Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi e Denise Reif Kroeff da SEAPI-DDPA.
Modelo: Regina da Silva Miranda da EMATER/RS-Ascar em Cemitério em Canguçu.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.*

NARRATIVAS E “CAUSOS”

Em mais da metade das comunidades quilombolas, 62%, foram narradas histórias e causos antigos: lobisomens, assombrações, lendas de tesouros e “panelas de ouro”, boitatá, bruxas, noivas e mulheres de branco foram as mais citadas. As histórias assombradas e fantásticas dominaram as narrativas locais.

Nestas narrativas, predominam as referências a entidades não-humanas, ou “extra-humanas” e assombrações diversas: desde aparições de coisas indefinidas às beiras das “picadas”, lobisomens, a seres mais originais, como “o fantasma do garupa” ou “o garupa da bicicleta”, que montava no bagageiro das bicicletas não deixando seguir viagem, e bruxas, que trançavam crinas de cavalos, e estratégias para afastar as bruxas, como colocar uma tesoura aberta e um galho de arruda no quarto das crianças.

Constaram, ainda, no levantamento, variações da “mulher de branco”: a noiva na estrada, a noiva no cemitério (foto produzida na página anterior), a escrava do lenço. Houve o relato de um senhor que sempre via uma “mulher de branco”, que o acompanhava nas imediações do cemitério quando ele se deslocava para ir à ‘venda’. A aparição não despertava medo, apenas o acompanhava na ida e na volta. A narrativa frisa que no final do trecho, onde ela deixava de acompanhar o Sr. Gerino, havia enterrada uma panela de ouro. Porém, esta panela teria sido extraída por um caçador de tesouros que deixou somente o buraco no barranco à beira da estrada.

Tesouros também são elementos presentes em muitas narrativas, como do “galo de ouro”, da “panela de ouro” e da assombração de escravos que cuidavam de tesouros de fazendeiros, que ao enterrarem seus ouros e tesouros, matavam os escravos e os enterravam junto.

PERSONALIDADES

Muitas narrativas relatam episódios da vida de personalidades quilombolas marcantes nas trajetórias das comunidades e no imaginário coletivo, tendo tal importância que poderiam ser consideradas como figuras histórico-míticas. Em alguns casos, ancestrais têm seus nomes identificando comunidades, como é o caso de Bisa Vicenta, Vó Marinha, Maçambique, entre muitas outras. Contam que o finado Maçambique estava fugindo dos senhores e tentou se matar para não ser pego, mas quando o enterraram, ele ainda estava vivo, e colocaram uma pedra por cima do túmulo para ele não fugir. Construiu-se uma relação afetiva e mística com o cemitério onde está enterrado o Maçambique, que foi convertido em local de reza.

Dentre as personalidades importantes que marcaram a história das comunidades, há quem tenha vivido na escravidão. Segundo os relatos, Vó Marinha, que era escrava e nomeia a comunidade formada por seus descendentes, em Tavares, tinha a “marca” da fazenda no corpo, feita com instrumento de ferro incandescente, como se procede com o gado até os dias atuais.

LUGARES

Os bens culturais estão relacionados a “Lugares” de referência cultural e identitária na memória coletiva, onde ocorrem práticas culturais coletivas que possuem sentido especial para as comunidades. Os locais mais citados pelas comunidades foram cemitérios antigos; locais de culto (igrejas, templos e terreiros); alguns bens da natureza (sambaquis, árvores, rios, córregos e grutas); casas antigas, senzalas e ruínas.



Estes lugares em seus sentidos intangíveis são trazidos à tona através de narrativas, como acontece na comunidade Cerro da Boneca (Canguçu), associado à “lenda da pedra da boneca”. Uma mula carregada teria morrido ao lado de uma pedra, a mula se chamava Boneca, e a pedra, vista de cima, seria igual a uma boneca. Lugares assombrados são abundantes. Voltando às narrativas, assombrações são vistas em sangas, como o “buraco do negro”, a “pedra da negra”, cercas de pedras e grutas na comunidade de Rincão das Almas, em São Lourenço do Sul. Brotações de rochas, furnas e cavernas frequentemente serviam de esconderijo às famílias refugiadas ou durante as guerras.

A propósito, memórias de tempos de guerra estão presentes nas descrições dos interlocutores quilombolas e expressos, da mesma forma, nas nomenclaturas das comunidades, como se nota em Cerro da Vigília (Canguçu).



*Gruta, Quilombo Macaco Branco, Portão
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.*

Em Portão, na comunidade de Macaco Branco, localizada no alto de um morro, há a gruta de mesmo nome, que seria um local de esconderijo, próximo a um penhasco que seria local de sacrifício de escravos considerados sem utilidade por serem doentes ou idosos. Por isso, contam que no Morro do Macaco Branco existem assombrações que perseguem quem por ali passa.



Utensílios antigos (foto acima). Rubens Nunes da Rosa (foto acima no lado direito), Quilombo Lichiguana, Cerrito. Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.



Sambaqui ou "Casqueiro", Quilombo de Casca, Mostardas
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

CELEBRAÇÕES

Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade. Nas entrevistas, 58% das comunidades citaram celebrações consideradas importantes, quase todas religiosas, como Terno de Reis; Ensaio de Pagamento de Promessas; colheita da macela e Festas dedicadas a santos como Nossa Senhora do Rosário, São João, São Benedito, São Cosme e Damião, Nossa Senhora Aparecida, Divino Espírito Santo, São Roque, São Sebastião e Nossa Senhora dos Navegantes. Além destas, foram citadas as Festas de fim de ano e o Carnaval.

Mais recentes, outros eventos foram mencionados pelos respondentes, como o Dia da Consciência Negra, Encontro dos Quilombolas e o Miss Quilombola. Note-se que estes últimos estão relacionados a resistência política e cultural e ainda têm um sentido de reforço à autoestima como forma de enfrentamento ao racismo estrutural.

FORMAS DE EXPRESSÃO

As formas de expressão abrangem as expressões simbólicas que traduzem a cultura de um povo ou grupo. 43% das comunidades quilombolas destacaram algumas atividades que consideraram importantes para a sua cultura, memória e identidade, dentre elas atividades musicais, serenata, dança, teatro, pintura em tela, capoeira, maculelê, afoxé, carnaval, Terno de Reis e expressões performático-rituais como o Maçambique e o Ensaio de Pagamento de Promessas (Quicumbi), e alguns tipos de artesanato.



Bonecas de pano negras, Quilombo Maçambique, Canguçu.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

E

RECOMENDAÇÕES

Este diagnóstico teve como objetivo dar visibilidade às comunidades quilombolas, as caracterizando, verificando suas condições de vida, renda e produção das famílias, bem como sua produção cultural. A pesquisa identificou várias “mazelas”, mas também muitas estratégias de sobrevivência inteligentes e eficazes. Um sistema tradicional de cultivo da terra, a guarda do patrimônio genético das sementes, o conhecimento de ervas medicinais, a cultura própria recheada de celebrações religiosas e também de resistência política e de apoio à autoestima mostram estas comunidades se definem mais pela resiliência que por suas dores.

As 130 comunidades quilombolas certificadas são na sua maioria rurais (87%), têm concentração territorial nas regiões Sudeste Rio-grandense e Metropolitana de Porto Alegre (64%) e estão no território há mais de 101 anos (62%). Ainda, se caracterizam por um certo isolamento territorial, já que 37% estão a mais de 30 km da sede do município, o acesso é por meio de vias “de chão batido” em 66% das comunidades e 41% não tem acesso a transporte coletivo.

São consideradas quilombolas 7.679 famílias e suas principais fontes de renda são aposentadoria (84%), programa social (80%), diária de serviço agrícola (70%) e agricultura (58%).

Na maioria das comunidades as moradias são principalmente de alvenaria (69%), o abastecimento de água se dá por poço (32%) e cacimba (25%), em 49% há rede de distribuição de água e o escoamento sanitário se dá por fossa séptica (41%) e rudimentar (31%). Em 44% das comunidades o lixo é queimado e 39% tem coleta pública de lixo, em todas as comunidades há disponibilidade de energia elétrica, mas em apenas 41% há iluminação pública e em 84% há sinal de celular e 91%, de internet.



João Manoel da Silva, Quilombo dos Teixeiras, Mostardas.
Crédito: Fernando Kluwe Dias da ASCOM-Seapi.

No tema saúde foi informado pelos respondentes que em 67% das comunidades há o Programa Saúde da Família, em 40% há Posto de Saúde e 38% as comunidades foram beneficiadas com PIAPS. No que se refere à medicina tradicional, em 8% das comunidades há parteiras, 71% há benzedeiras, 20%, curandeiros e 81% tem pessoa com conhecimento em ervas.

Na temática da educação, em 67% não há escola na comunidade, e dentre estas, em 67% as escolas mais próximas estão localizadas a até 9 km de distância. Em todas as comunidades há alimentação escolar e em 85% há transporte escolar. Sobre as ações afirmativas, verificamos que no momento da pesquisa havia alunos que ingressaram no ensino superior por meio das cotas. Em 40% por meio de cotas quilombolas (123 alunos) e 27%, cotas raciais (70 alunos) e, ainda, 38% tinham bolsa permanência (117 alunos).

Nenhuma das variáveis pesquisadas neste diagnóstico avaliou a qualidade dos serviços ou o efetivo acesso pelas famílias quilombolas, mas apenas a disponibilidade ou não dos serviços às comunidades.

Quanto à produção agropecuária dos quilombos, hortaliças, frutas, batata-doce, milho e feijão são produzidos por mais de 80% das comunidades; aves para a produção de ovos e corte, suínos, gado de leite e de corte são criados em mais de 60% dos quilombos, principalmente para autoconsumo e nas comunidades rurais. A produção agropecuária é parcialmente comercializada em 69% dos quilombos, embora 72% das comunidades não tenham grupos organizados de produção ou comercialização (nem mesmo informais).

Os principais canais de comercialização são vendas para amigos e conhecidos, 90%, e atravessador, 44%. Os principais produtos processados pelas comunidades são panificados, 80%, e doces e geleias, 68%. Em 67% dos quilombos há produção de artesanato, especialmente, tricô e crochê, 36%. Como se viu, a produção quilombola abrange uma ampla gama de produtos, na contramão da perda crescente da diversidade produtiva do Rio Grande do Sul, representada principalmente pelo avanço do cultivo da soja.

O levantamento de bens culturais se propôs a uma sistematização inicial e preliminar das diversas expressões da vida coletiva quilombolas elencadas pelos respondentes, sugerindo elementos e direções possíveis para o desenvolvimento de estudos posteriores, que contribuam para ampliar e dar visibilidade ao conhecimento coletivo do patrimônio cultural quilombola no Rio Grande do Sul, com vistas à criação de ações de proteção e salvaguarda, se for de interesse das suas organizações representativas, e que resultem sua consolidação como constitutiva do mosaico civilizatório do RS, reconhecendo o legado diaspórico africano no sul do Brasil.

Tendo em vista este cenário, sugere-se algumas recomendações para a elaboração e execução das políticas públicas para o público das comunidades certificadas:

Implementar e consolidar os direitos já estabelecidos em lei e as políticas em execução, como a titulação de terra, a preservação dos bens culturais, o tratamento diferenciado da saúde e educação, dentre outros.

Promover projetos que sejam motor para o etnodesenvolvimento, considerando as especificidades do público, sua organização social e cultural, e ampliando as suas potencialidades, o que pressupõe a construção de canais institucionais de participação destas comunidades não apenas na definição das políticas públicas, mas da própria concepção de desenvolvimento.

Elaborar, no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural, políticas específicas para os quilombolas, considerando que alguns instrumentos das políticas voltadas para a agricultura familiar podem ter limitado o acesso deste público a outras políticas, a exemplo da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP (hoje em substituição pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF) que é a porta de entrada para importantes políticas de desenvolvimento rural como Crédito, Minha Casa, Minha Vida, entre outros.

Auxiliar na organização produtiva e comercial das comunidades, visando a geração de renda das famílias e otimizar os recursos de produção e logística dos excedentes a serem comercializados.

Articular a construção de redes de produção e comercialização entre os quilombos, utilizando a concentração das comunidades principalmente em duas regiões e a diversidade entre a localização, rural e urbana, onde estas poderiam comercializar a produção agropecuária daquelas.

Apoiar a produção de animais, plantas de uso ritualístico, flores, méis que têm características específicas para os ritos das religiões de matriz africana, que possuem grande número de adeptos no estado do Rio Grande do Sul como alternativas para a geração de renda.

Apoiar o intercâmbio de sementes crioulas entre as comunidades ou ainda adquirir as sementes por meio do PAA e distribuir entre as outras comunidades quilombolas, criando um círculo virtuoso de preservação do patrimônio genético e geração de renda.

Elaborar diagnósticos das comunidades quilombolas, de forma periódica, visando o monitoramento das suas condições de vida e renda.

Consultar as comunidades quilombolas sobre seu interesse quanto ao registro ou tombamento dos bens culturais tradicionais de suas comunidades e providenciar eventuais estudos para subsidiar seu registro, visando à salvaguarda destes bens.

Por fim, é importante que por meio da implementação de ações que reconheçam as diferentes formas de viver e produzir das comunidades tradicionais, desenhadas com a participação das organizações representativas dos quilombolas, combatam o racismo estrutural, visando a reparação histórica necessária, e, ainda, que estas ações façam parte de uma política pública em processo permanente de monitoramento, avaliação e redesenho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Tarifa social**. Brasília, DF: ANEEL, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV: ABA, 2002. p. 43-81.

AMBROSINI, L. *et al.* Diagnóstico da meliponicultura no Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, vol. 30, n. 1, 2023. No prelo.

BAIROS, F. S.; NEUTZLING, M. B. **Segurança alimentar e acesso aos programas de desenvolvimento social e combate à fome de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul**. [Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011]. (Gênero e populações específicas, 6). Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_106.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

BARCELLOS, D. Relatórios técnicos de identificação étnica e territórios tradicionais: o caso de Morro Alto. In: LEITE, I. B. (org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: ABA/NUER, 2005. p. 81-88. E-book. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/1_00180304.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. [FN2] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 17 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 2 out 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Chamada nutricional de crianças quilombolas menores de cinco anos de idade residentes em comunidades quilombolas**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n123%20-%20CHAMADA%20NUTRICIONAL%20PARA%20CRIANCAS%20MENORES%20DE%20CINCO%20ANOS%20DE%20IDADE%20RESIDENTES%20EM%20COMUNIDADES%20QUILOMBOLAS.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Políticas sociais e chamada nutricional quilombola**: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, out. 2008. (Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate, n. 9). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno%20-%2009.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

BUCHWEITZ, S. *et al.* **Revelando os quilombos no Sul**: um novo olhar no diálogo e convivência com as diversas culturas que compõem o mosaico da agricultura familiar brasileira. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

CARVALHO, R. M. A.; MARTINS, C. F.; MOURÃO, J. S. Meliponiculture in quilombola communities of Ipiranga and Gurugi, Paraíba state, Brazil: an ethnoecological approach. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, [London], v. 10, n. 3, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1746-4269-10-3>. Acesso em 19 out. 2022.

COMUNIDADES quilombolas. *In*: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. 5. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 out. 2020. E-book. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/comunidades-quilombolas>. Acesso em: 21 maio 2021.

DORNELLES, E. RS tem 83% das cidades em situação de emergência; entenda a diferença entre seca e estiagem. In: G1, [S. l.], 23 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/02/23/rs-tem-83percent-das-cidades-em-situacao-de-emergencia-entenda-a-diferenca-entre-seca-e-estiagem.ghtml>. Acesso em 25 out. 2022

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) publicadas no DOU de 15/06/2021**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, [2021]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-15-06-2021.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, [2007]. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-n%C2%B098-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

INCRA. **Acompanhamento dos processos de regularização quilombola**. Brasília, DF: INCRA, [2021]. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/andamento_processos.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

MOLET, C. D. G. **Parentescos, solidariedades e práticas culturais**: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral negro do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente). 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193>. Acesso em: 8 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia do novo coronavírus: mudança de classificação obriga países a tomarem atitudes preventivas. *In*: UNA-SUS. Brasília, DF: UNA-SUS, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 18 set 2022.

PINTO, A. R. *et al.* (org.). **Quilombos do Brasil**: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados. Brasília, DF: MDS, 2014. 212 p. (Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate, n. 20).

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.º 54.763, de 17 de agosto de 2019**. Regulamenta a Lei nº 13.678 de 17 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAE, [2011]. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=LegislacaoAc&Clr=1>. Acesso em: 17 nov. 2021.

RUBERT, R. A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. *In*: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (org.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 165-181.

RUBERT, R. A. **Comunidades negras rurais no RS**: um levantamento socio-antropológico preliminar. Porto Alegre: RS Rural; Brasília: IICA, 2005.

RUBERT, R. A. Comunidades remanescentes de quilombos: alguns desafios antropológicos. **Cadernos do LEPAARQ**: textos de antropologia, arqueologia e patrimônio, Pelotas, v. 4/5, n. 7/8, jan./dez. 2007.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.

SILVA, A. M.; SOUZAS, R. Pertencimento étnico e a formação da identidade do homem quilombola: diante da paternidade na comunidade de Barra do Brumado Rio de Contas Bahia. **Caderno Sisterhood**, Santo Antônio de Jesus, BA, v. 3, n. 3, p. 123-131, 2019.

SILVA, J. J.; GONÇALVES, C.U. Para além de partir ou permanecer: a migração quilombola em busca do trabalho acessório como estratégia de r-existência no território. **Revista de Geografia**, Recife, v. 37, n. 1, 2020. p. 132-150. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revista-geografia/article/viewFile/244537/34710>. Acesso em: 5 abr. 2023.

ANEXOS

ANEXO A

ALGUNS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO QUALITATIVO DEMANDAS E POTENCIALIDADES

O questionário aberto proporcionou às comunidades o levantamento de diversas situações existentes e uma análise crítica da situação atual de cada local. De forma a facilitar a análise, os principais resultados obtidos nas falas livres foram agrupados em 4 grandes eixos para melhor organização: demandas de infraestrutura básica, demandas de produção agropecuária, potencialidades percebidas e demandas de cursos de formação.

Dos resultados obtidos, no que se refere às dificuldades, desafios e demandas, a questão da água foi apontada por 54 das 130 comunidades, despontando como a de maior importância. Nesse problema, estão incluídos os relacionados ao fornecimento doméstico e falta d'água em épocas de estiagem, bem como limitações para produção agrícola e criação de animais. Destaca-se a região de Pelotas, onde 28 comunidades fizeram esse apontamento.

Em relação a outras demandas, desafios e dificuldades de infraestrutura básica que tiveram alta frequência de resposta nos questionários aparece a necessidade de habitação, mencionada em 27 comunidades. Da mesma forma, a construção ou melhoria de sedes comunitárias foi relatada por 21 comunidades. E, por fim, também cabe citar as menções às estradas de acesso e a questão do transporte, apontadas por 19 e 18 comunidades, respectivamente.

Em paralelo ao tópico da infraestrutura, a demanda relacionada ao acesso aos serviços de saúde foi significativa, sendo relatada como um dos principais problemas por 47 comunidades.

A carência de infraestrutura básica segue sendo uma grande dificuldade das comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Sul. A carência de água, item básico para a vida cotidiana, além dos problemas rotineiros afeta diretamente o potencial produtivo de áreas agrícolas. Somado aos problemas de acesso, também relatados, constituem-se dificuldades e restringem as fontes de renda disponíveis.

A superação dessas limitações necessita de uma articulação e envolvimento de diferentes níveis do poder público e de órgãos cujas competências envolvam diferentes campos de atuação e possibilitem atender toda a diversidade de demandas.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

No campo da produção agropecuária, atividade econômica importante para grande parte das comunidades quilombolas rurais, as principais demandas referem-se ao acesso ao crédito, com 17 menções. A questão da regularização fundiária, afeta diretamente as possibilidades de acesso ao crédito, sendo uma necessária superar essa etapa para viabilizar as atividades produtivas e proporcionar aos agricultores quilombolas o acesso ao sistema formal de crédito agropecuário.

A segunda demanda mais citada refere-se a infraestrutura de irrigação, citada por 14 comunidades. A irrigação é fundamental para viabilizar a otimização da produção em pequenas áreas, característica marcante das comunidades bem como vem ganhando destaque em função das recentes estiagens pelas quais o estado do Rio Grande do Sul passou nos últimos anos.

Outras demandas apontadas referem-se à necessidade de patrulha agrícola, incentivo à agroindustrialização e necessidade de organização da produção, mas com poucas menções e mais dispersas no Estado. Essa diversidade nos remete a necessidade de construção de políticas públicas que permitam atender às especificidades de cada comunidade.

Ao verificarmos as demandas específicas de cada comunidade, associada à diversidade produtiva já relatada em questões anteriores fica evidente a necessidade de análise individual para o desenvolvimento e construção de políticas públicas que atendam as especificidades e viabilizam cada um dos modos de produção com geração de renda.

POTENCIALIDADES PERCEBIDAS E DEMANDAS DE FORMAÇÃO

Em outro eixo do diagnóstico, as potencialidades percebidas de cada comunidade, obtiveram-se respostas mais difusas. Destacou-se a disponibilidade de mão-de-obra, vista como potencialidade em 17 das 130 comunidades. Ao mesmo tempo, 15 comunidades entenderam a produção na área de fruticultura como uma potencialidade comunitária. O artesanato produzido e comercializado pelas comunidades foi apontado em 14 comunidades. Por fim, o desenvolvimento do turismo destacado por 12 comunidades.

As potencialidades percebidas reiteram a condição de um meio rural plural, não apenas voltado à produção agropecuária, mas a diversas atividades econômicas que podem ser fonte de renda. Dessa forma, visto as potencialidades, cabe aos formuladores de políticas públicas a inclusão dessas possibilidades associadas e complementares à atividade agropecuária existente.

DEMANDAS DE CURSOS DE FORMAÇÃO

Quanto aos cursos de formação, as comunidades manifestaram interesse em diversas áreas de conhecimento e qualificação, destacando-se as áreas de estética e cuidados, e construção civil, concertos e marcenaria.

A área de estética e cuidados recebeu 117 menções e engloba a demanda por cursos de cabelereira, barbeiro, cabelo afro, maquiagem, manicure, pedicure, estética, massagem, cuidador, saúde, primeiros socorros, agentes de saúde e enfermagem. Já a área de construção civil, concertos e marcenaria, com 72 menções, abarca a demanda por formações para Marceneiro, carpinteiro, serrador, montador de móveis, construção móveis com materiais recicláveis, pedreiro, pintor e encanador.

Em seguida, citada em 60 comunidades, a área de processamento de alimentos compreende formações em confeitaria, panificação, culinária, gastronomia, processamento de alimentos, chapista, processamento de frutas e milho, doces elaborados por ancestrais afrodescendentes e queijeiro. Apontada por 40 comunidades, a demanda por cursos na área de produção vegetal também foi expressiva, e teve citação de formação para horticultura, agricultura urbana, raleio e enxertia, floricultura, jardinagem, paisagismo, plantas medicinais e extração de essências, fruticultura, colheita de frutas e rústia de cebola.

As categorias informática e serviços eletroeletrônicos apresentam 48 respostas, demonstrando a intenção de atualização na prestação de serviços contemporâneos e a necessidade de modernização. Além dessas, apresentou-se, por 26 comunidades, a demanda por curso de formação para alambrador. Essa profissão está diretamente relacionada à atividade pecuária.

A demanda específica por cursos de artesanato também foi questionada. As respostas foram agrupadas por técnicas e materiais. No artesanato, as três maiores concentrações das respostas envolvem as categorias crochê e tricô (50 menções), pintura em diversos materiais (39 menções) e artesanato em fibras vegetais (26 menções); este último está fortemente relacionado ao artesanato tradicional. Desta forma, vemos também a diversidade de atividades possíveis e que podem contribuir para geração de renda junto às comunidades.

ANEXO B

LISTA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS DO RIO GRANDE DO SUL

Região IBGE	COREDE	Município	Comunidade
Sudoeste Rio-Grandense	Campanha	Aceguá	Tamanduá
Sudoeste Rio-Grandense	Campanha	Aceguá	Vila da Lata
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	Alegrete	Angico
Centro Oriental Rio-Grandense	Vale do Taquari	Arroio do Meio	São Roque
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Arroio do Padre	Vila Progresso
Centro Oriental Rio-Grandense	Vale do Rio Pardo	Arroio do Tigre	Linha Fão/Sítio Novo
Sudoeste Rio-Grandense	Campanha	Bagé	Palmas
Metropolitana de Porto Alegre	Centro-Sul	Butiá	Butiá
Sudeste Rio-Grandense	Campanha	Caçapava do Sul	Picada das Vassouras
Centro Oriental Rio-Grandense	Jacuí Centro	Cachoeira do Sul	Rincão do Irapuazinho
Centro Oriental Rio-Grandense	Jacuí Centro	Cachoeira do Sul	Cambará
Sudeste Rio-Grandense	Campanha	Candiota	Candiota
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Armada
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Boqueirão
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Bisa Vicenta
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Cerro da Boneca
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Cerro das Velhas
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Passo do Lourenço
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Potreiro Grande
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Santa Clara e arredores

Região IBGE	COREDE	Município	Comunidade
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Cerro da Vigília
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Filhos do Quilombo
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Favila
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Estância da Figueira
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Faxinal
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Iguatemi
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Maçambique
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Canguçu	Manoel do Rego
Metropolitana de Porto Alegre	Vale do Rio dos Sinos	Canoas	Chácara das Rosas
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Capivari do Sul	Costa da Lagoa
Noroeste Rio-Grandense	Produção	Carazinho	Flor da Serra
Noroeste Rio-Grandense	Noroeste Colonial	Catuípe	Passo do Araçá
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Cerrito	Emília de Moraes
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Cerrito	Lichiguana
Metropolitana de Porto Alegre	Centro-Sul	Cerro Grande do Sul	Vila Joaquina
Metropolitana de Porto Alegre	Centro-Sul	Cerro Grande do Sul	Vila Ventura
Noroeste Rio-Grandense	Alto Jacuí	Colorado	Padre Osmari
Noroeste Rio-Grandense	Alto Jacuí	Colorado	Vista Alegre
Sudeste Rio-Grandense	Centro-Sul	Cristal	Serrinha do Cristal
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Dona Francisca	Acácio Flores
Sudeste Rio-Grandense	Vale do Rio Pardo	Encruzilhada do Sul	Medeiros
Sudeste Rio-Grandense	Vale do Rio Pardo	Encruzilhada do Sul	Quadra
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Formigueiro	Maria Joaquina

Região IBGE	COREDE	Município	Comunidade
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Formigueiro	Passo dos Brum
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Formigueiro	Passo do Maia
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Formigueiro	Comunidade Timbaúva
Noroeste Rio-Grandense	Alto Jacuí	Fortaleza dos Valos	Costaneira
Noroeste Rio-Grandense	Alto Jacuí	Fortaleza dos Valos	Capão dos Lopes
Metropolitana de Porto Alegre	Vale do Rio Pardo	General Câmara	Vila do Sabugueiro
Noroeste Rio-Grandense	Missões	Girúá	Correa
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Gravataí	Comunidade Ferreira Fialho
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Gravataí	Manoel Barbosa (pre teste)
Noroeste Rio-Grandense	Alto da Serra do Botucaraí	Jacuzinho	Novo Horizonte/Rincão dos Caixões
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Jaguarão	Madeira
Noroeste Rio-Grandense	Alto da Serra do Botucaraí	Lagoão	Vila Miloca
Centro Oriental Rio-Grandense	Vale do Taquari	Lajeado	Unidos de Lajeado
Sudoeste Rio-Grandense	Campanha	Lavras do Sul	Corredor dos Munhós
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Maquiné/Osório	Morro Alto
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Morro Redondo	Comunidade Vó Ernestina
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Mostardas	Casca
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Mostardas	Colodianos
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Mostardas	Teixeiras
Nordeste Rio-Grandense	Campos de Cima da Serra	Muitos Capões	Mato Grande
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Nova Palma	Rincão Santo Inácio
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Palmares do Sul	Limoeiro

Região IBGE	COREDE	Município	Comunidade
Centro Oriental Rio-Grandense	Vale do Rio Pardo	Pantano Grande	Gonçalves da Silva
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Pedras Altas	Bolsa do Candiota
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Pedras Altas	Várzea dos Baianos
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Pedras Altas	Solidão
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Pelotas	Algodão
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Pelotas	Alto do Caixão
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Pelotas	Cerrito Alegre
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Pelotas	Vó Elvira
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	Brasa Moura
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	Nicanor da Luz
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	Raulino Lessa
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	Rincão da Faxina
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	Fazenda Cachoeira
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	Rincão do Couro
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	Rincão do Quilombo
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Piratini	São Manoel
Metropolitana de Porto Alegre	Vale do Rio dos Sinos	Portão	Macaco Branco
Metropolitana de Porto Alegre	Vale do Rio dos Sinos	Portão	Bom Jardim
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	Alpes
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	Quilombo do Areal
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	Família Fidélis
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	Família Flores
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	Família Lemos
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	Família Machado

Região IBGE	COREDE	Município	Comunidade
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	Família Silva
Centro Ocidental Rio-Grandense	Jacuí Centro	Restinga Seca	Rincão dos Martimianos
Centro Ocidental Rio-Grandense	Jacuí Centro	Restinga Seca	São Miguel
Centro Ocidental Rio-Grandense	Jacuí Centro	Restinga Seca	Vó Firmina e Vó Maria Eulina
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Rio Grande	Macanudos
Centro Oriental Rio-Grandense	Vale do Rio Pardo	Rio Pardo	Rincão dos Negros
Noroeste Rio-Grandense	Médio Alto Uruguai	Rodeio Bonito RS	Comunidade Bino
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	Rosário do Sul	Rincão da Chirca
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	Rosário do Sul	Rincão do Negro
Noroeste Rio-Grandense	Alto Jacuí	Salto do Jacuí	Julio Borges
Noroeste Rio-Grandense	Alto Jacuí	Salto do Jacuí	Quilombola Urbanos do Jacuí
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Santa Maria	Arnesto Penna Carneiro
Centro Ocidental Rio-Grandense	Central	Santa Maria	Recanto dos Evangélicos
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Santana da Boa Vista	Tio Dô
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	Santana do Livramento	Ibiciuí da Armada
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	São Gabriel	Cerro do Ouro
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	São Gabriel	Caleira
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	São Gabriel	Von Bock
Sudeste Rio-Grandense	Sul	São José do Norte	Vila Nova
Sudeste Rio-Grandense	Sul	São Lourenço do Sul	Coxilha Negra
Sudeste Rio-Grandense	Sul	São Lourenço do Sul	Monjolo

ANEXO C

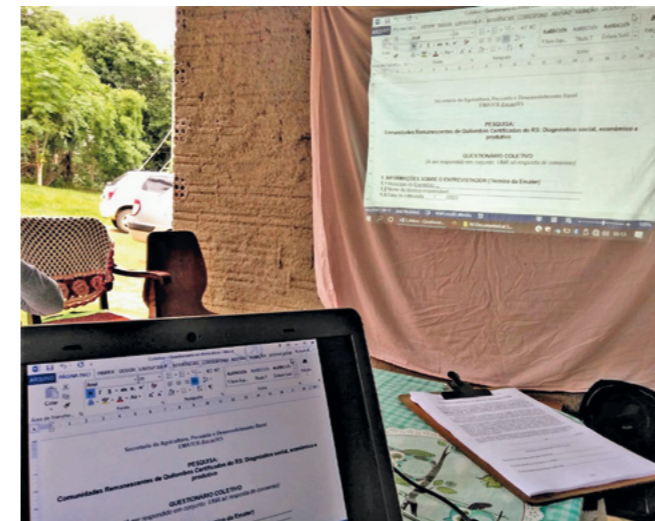
ACERVO DA PESQUISA: FOTOS DOS TÉCNICOS DA EMATER/RS-Ascar

Região IBGE	COREDE	Município	Comunidade
Sudeste Rio-Grandense	Sul	São Lourenço do Sul	Torrão
Sudeste Rio-Grandense	Sul	São Lourenço do Sul	Picada
Sudeste Rio-Grandense	Sul	São Lourenço do Sul	Rincão das Almas
Centro Ocidental Rio-Grandense	Jacuí Centro	São Sepé	Ipê
Centro Ocidental Rio-Grandense	Jacuí Centro	São Sepé	Passo dos Brum
Centro Ocidental Rio-Grandense	Jacuí Centro	São Sepé	Fundos do Formigueiro
Noroeste Rio-Grandense	Rio da Várzea	Sarandi	Beira Campo
Noroeste Rio-Grandense	Norte	Sertão	Mormaça
Noroeste Rio-Grandense	Norte	Sertão	Arvinha
Metropolitana de Porto Alegre	Centro-Sul	Tapes	Chácara da Cruz
Metropolitana de Porto Alegre	Paranhana Encosta da Serra	Taquara	Paredão
Metropolitana de Porto Alegre	Sul	Tavares	Anastácia Machado
Metropolitana de Porto Alegre	Sul	Tavares	Vó Marinha
Metropolitana de Porto Alegre	Sul	Tavares	Capororocas
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Terra de Areia	Boa Vista
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Terra de Areia	Zâmbia
Metropolitana de Porto Alegre	Litoral	Três Forquilhas	Família de Três Forquilhas
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Triunfo	Morada da Paz
Sudeste Rio-Grandense	Sul	Turuçu	Mutuca
Sudoeste Rio-Grandense	Fronteira Oeste	Uruguaiana	Rincão dos Fernandes
Metropolitana de Porto Alegre	Vale do Rio Pardo	Vale Verde	Santos Rocha
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Viamão	Anastácia
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Viamão	Cantão das Lombas
Metropolitana de Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	Viamão	Peixoto dos Botinhas

Fonte: Fundação Cultural Palmares, junho 2021. <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/tabela-crq-completa-certificadas-14-03-2023.xlsx>

Observação 1: Quatro comunidades não foram encontradas pela pesquisa: Butiá, Bom Jardim, Fundos do Formigueiro e Recanto dos Evangélicos.

Observação 2: Enquanto esta pesquisa era executada, a Fundação Cultural Palmares alterou a listagem, já que o processo de certificação tem um fluxo contínuo.



Preparando a chegada dos quilombolas para participarem da pesquisa, Vó Elvira, Pelotas.

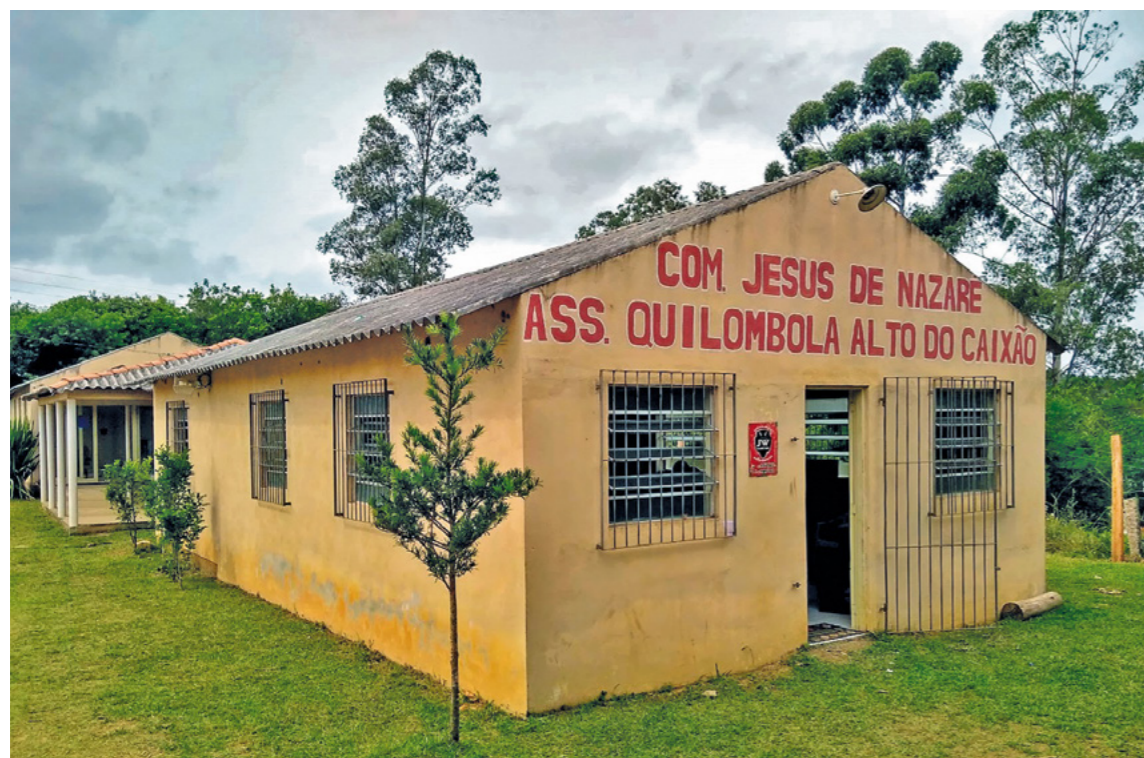
Crédito: Robson Becker Loeck da EMATER/RS-Ascar.

SEDES DAS ASSOCIAÇÕES



Associação, Acácio Flores, Dona Francisca.

Crédito: Paulo Renato Maffini da EMATER/RS-Ascar.



Associação, Alto do Caixão, Pelotas.
Crédito: Robson Becker Loeck da EMATER/RS-Ascar.



Salão Comunitário, Lichiguana, Cerrito.
Crédito: Alessandra da Cruz Rodrigues- Extensionista Rural Social da EMATER/RS-Ascar.



Arno Gomes, Flávio Trassante Farias e Enedina Gomes Bitencourt na sede da Associação, Cantão das Lombas, Viamão.
Crédito: Carla Vogel Rodrigues da EMATER/RS-Ascar.



Reunião para realização do diagnóstico, da esquerda para a direita: Maria Clair de Medeiros Rodrigues, Rosimar de Medeiros Rodrigues, Extensionista da EMATER/RS-Ascar, Valquíria Sitó, Neiva Lopes de Oliveira e Mariliz Ferreira da Luz, Medeiros, Encruzilhada do Sul.
Crédito: Valquíria Sitó da EMATER/RS-Ascar.



Associação Mormaça, Sertão.
Crédito: Sandra Elizabeth Bressan Gayger
da EMATER/RS-Ascar.



Da esquerda para direita, Ana Lecy Souza Pacheco - EMATER/RS-Ascar, Nilo Chaves Ferreira, Marlene Madeira, Sofia Peralta de Faria filha de Leonardo Rodrigues de Faria (estão abraçados) e Marta Faria Madeira líder da comunidade. Entrada da Comunidade, Madeira, Jaguarão.
Crédito: Paulo Sergio Fonseca Neves da EMATER/RS-Ascar.

ENTRADAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS



Ano Gomes, Flávio Trassante Farias e Enedina Gomes Bitencourt na sede da Associação, Cantão das Lombas, Viamão.
Crédito: Carla Vogel Rodrigues da EMATER/RS-Ascar.



Placa às margens da RSC 471 sinalizando acesso à sede da Associação do Quilombo Medeiros, Encruzilhada do Sul.
Crédito: Valquíria Sitó da EMATER/RS-Ascar.



Visão de dentro da área da Associação Quilombo dos Medeiros para a estrada geral, Encruzilhada do Sul, Medeiros, Encruzilhada do Sul.
Crédito: Valquíria Sitó da EMATER/RS-Ascar.



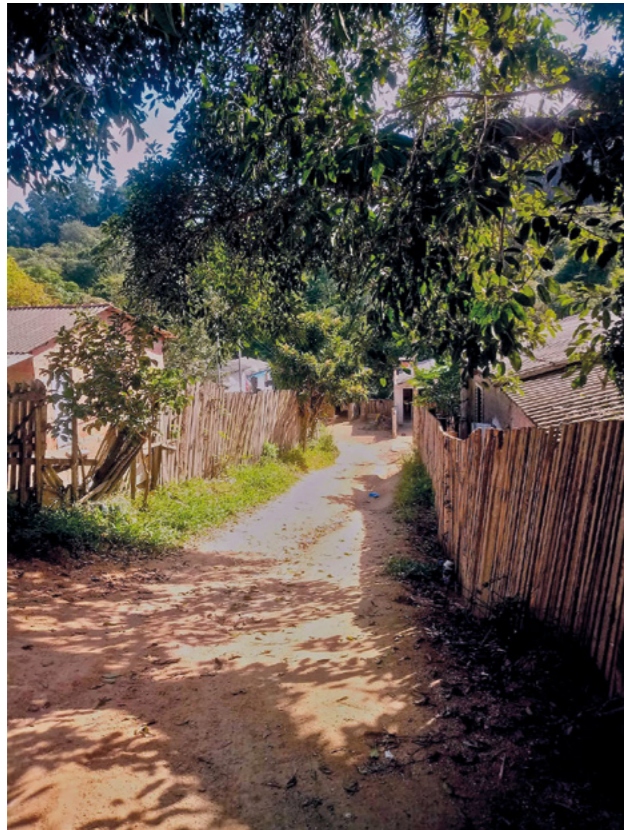
Entrada principal, Rincão dos Martimianos, Restinga Seca.
Crédito: Mariane Roman Menegon da EMATER/RS-Ascar.



Entrada da Comunidade, Quilombo Rincão da Chirca, Rosário do Sul.
Crédito: Moacir Wesz Bonotto da EMATER/RS-Ascar.



Entrada, Vila Joaquina, Cerro Grande do Sul.
Crédito: Eduardo Brocca Lentz da EMATER/RS-Ascar.



*Entrada, Vila Ventura, Cerro Grande do Sul.
Crédito: Eduardo Brocca Lentz da EMATER/RS-Ascar.*

MORADIAS



*Uma das casas de tijolos da comunidade, Quadra, Encruzilhada do Sul.
Crédito: Valquíria Sitó da EMATER/RS-Ascar.*

PAISAGENS



Rincão do Inferno, Palmas, Bagé. - Crédito: Luciane Foggiato da EMATER/RS-Ascar.



*Paisagem, Linha Fão-Sítio Novo, Arroio do Tigre.
Crédito: Roberto Puntel Plácido da EMATER/RS-Ascar.*



*Rio Caixão que banha a comunidade quilombola Linha Fão-Sítio Novo, Arroio do Tigre.
Crédito: Daniele Centa da EMATER/RS-Ascar.*



*Paisagem, Vó Fermina e Vó Maria Eulina, Restinga Seca.
Crédito: Mariane Roman Menegon da EMATER/RS-Ascar.*

OBJETOS



*Paisagem, Mato Grande, Muitos Capões.
Crédito: Juliana Acauan Giuriolo Pinto da EMATER/RS-Ascar.*



*Paulo Rogerio Bandeira Lima com o fole de matar formiga,
Anastácia Machado, Tavares.
Crédito: Sarah Fiorelli de Carvalho da EMATER/RS-Ascar.*



Itens decorativos na Sede da Associação, Quadro pintado por uma integrante da comunidade, Peteca e fogareiro antigo, Peixoto dos Botinhos, Viamão.
Crédito: Carla Vogel Rodrigues da EMATER/RS-Ascar.

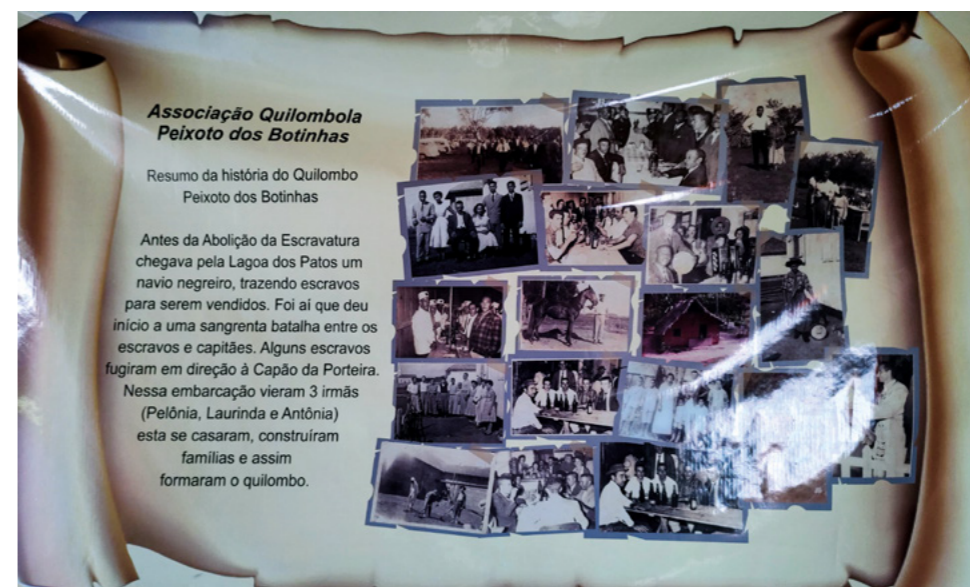


Espada utilizada na Revolução Farroupilha pelo escravo Valério da Silva Alves Conrado, Vista Alegre, Colorado.
Crédito: Carina Gabriela Alves Conrado, membro da comunidade.

OUTRAS



Cristiane Rodrigues da Silva, Cleni Rodrigues da Silva, Vitória Rodrigues da Silva, Osmar Rodrigues da Silva, Edeimar Rodrigues da Silva, Giovane Valdemar Barcelos da Silva e Roberto Rodrigues da Silva, Fazenda Cachoeira, Piratini.
Crédito: Luis Renato Silva da EMATER/RS-Ascar.



Poster com a história e fotos da comunidade, Peixoto dos Botinhos, Viamão.
Crédito: Carla Vogel Rodrigues da EMATER/RS-Ascar.



*Poço com parede de pedras, Unidos de Lajeado, Lajeado.
Crédito: Vanderlei Adriano da Silva da EMATER/RS-Ascar.*



*Estandarte do bloco carnavalesco da Associação Quilombola Vó Ernestina, Morro Redondo.
Crédito: Karin Peglow da EMATER/RS-Ascar.*

Quilombo Torrão, São Lourenço.
Crédito: Fernando Kluwe Dias, da ASCOM-Seapi.





*Quilombo Torrão, São Lourenço.
Crédito: Augusto César Dantas de Souza da NTVR/UFPE.*

Quilombolas

**DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS CERTIFICADAS
DO RIO GRANDE DO SUL**





GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA, PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO

Quilombolas

DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS DO RIO GRANDE DO SUL

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi)

Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR)

Emater/RS-Ascar

Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária (DDPA-Seapi)

Rua Gonçalves Dias, 570 – Bairro Menino Deus

Porto Alegre | RS – CEP: 90130-060

Telefone: (51) 3288.8000

www.agricultura.rs.gov.br/ddpa